

Unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Campus de Franca - SP

DÉBORAH RESENDE ALVES

DISSERTAÇÃO

Participação social e a Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS): Um Estudo de Caso

FRANCA – S.P.

2022

DÉBORAH RESENDE ALVES

DISSERTAÇÃO

Participação social e a Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS): Um Estudo de Caso

Dissertação apresentada à banca de qualificação de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp/Franca.

Linha de pesquisa: Instituições, cidadania e políticas sociais.

Orientador: Alvaro Martim Guedes.

FRANCA – S.P.

2022

A474p Alves, Déborah Resende
Participação social e a Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS) :
: Um Estudo de Caso / Déborah Resende Alves. -- Franca, 2022
63 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Alvaro Martim Guedes

1. Representação social. 2. Intersetorialidade. 3. Voluntariado. 4.
Desenvolvimento local. 5. Políticas Públicas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos
pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A presente pesquisa ao apresentar o processo de construção e os resultados de uma nova tecnologia de participação social através da intersectorialidade, revela o impacto potencial de fomentar novos arranjos para a atuação da representatividade da sociedade civil organizada. Esta contribuição amplia a discussão sobre a publicização da participação social na elaboração de políticas públicas, e como consequência, corrobora para o desenvolvimento da democracia em nível local.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research, by presenting the construction process and results of a new technology for social participation through intersectionality, reveals the potential impact of fostering new arrangements for the representation of organized civil society. This contribution expands the discussion on the publicization of social participation in the development of public policies, and as a consequence, supports the development of democracy at the local level.

DÉBORAH RESENDE ALVES

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A CÂMARA TÉCNICA DO TERCEIRO SETOR

(CTTS):

um estudo de caso

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Mestre(a) em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Área de Concentração: Desenvolvimento Social

Data da defesa: 31/10/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alvaro Martim Guedes
UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Profª. Dra. Camila Fernanda Bassetto Sampaio
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

Profª. Dra. Milena Pavan Serafim
UNICAMP - Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp

RESUMO

A presente pesquisa se trata de um Estudo de Caso sobre a proposta de uma tecnologia social baseada na intersectorialidade entre Estado, setor privado e sociedade civil, com vistas à auto-organização e ao voluntariado, ocorrido entre os anos de 2019 e 2020 no município de Sacramento/MG. Adotou-se o caráter qualitativo, frente à singularidade do fenômeno proposto para investigação, caracterizado por um grupo composto de profissionais liberais denominado Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS), que pretendeu realizar ações para a promoção do desenvolvimento sustentável do município por meio da oferta gratuita de suporte técnico às Organizações da Sociedade Civil locais para profissionalização da gestão e captação de recursos, projeto estruturado e vinculado à Associação Comercial e Empresarial de Sacramento/MG (ACE). Foram consultados documentos como atas de reuniões, pareceres, comunicados, planos de trabalho, listas de presença, relatórios de prestação de contas, depoimentos em vídeos e entrevistas publicadas em sítio eletrônico, estes analisados enquanto formações discursivas públicas, além do uso de observação direta e diário de campo, explorados sob os métodos da Análise do Discurso de Bardin (2016). Constatou-se que a CTTS desempenhou, até certo ponto, a função de “caixa de ressonância” acerca das demandas das OSCs e da comunidade junto à Administração Pública e demais setores. Porém, em sua atuação, se defrontou com limitações advindas do caráter unilateral da gestão do Programa Sacramento 2025- Cidade Empreendedora, com indícios de cooptação por interesses privados advindos do Grupo Executivo.

Palavras-chave: Representação social. Intersetorialidade. Voluntariado. Desenvolvimento local. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present research deals with a Case Study on a proposal for a social technology based on the intersectionality between the State, the private sector and civil society, with a view to self-organization and volunteering, which took place between 2019 and 2020 in the municipality of Sacramento/MG. The qualitative character was adopted, given the uniqueness of the phenomenon proposed for investigation for a group composed of liberal professionals called the Technical Chamber of the Sector (CTTS), which intends to promote the sustainable development of the municipality through supply (ACE). Depositions consulted electronic meeting documents, communiqués, work plans, attendance lists to accountability reports, electronic interviews and reports published on the website, and analyzed while using direct observation reports and field diary, explorers under Bardin's (2016) Discourse Analysis methods. It appears that the performance of the TS is certain that the function of "point box or regarding" the demands of the community CSO front with the CSO and other sectors, but in its performance it is from or with the arising from the unilateral character of the management of the Sacramento 2020 Cidade Empreendedora Program, with 5 suggestions for co-opting the interests of the Executive Group.

Keywords: Social representation. Intersectoriality. Volunteering. Local development. Public policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos voluntários nas atividades das CTTS, de 2019 a 2021	50
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demandas identificadas no mapa mental executado na primeira reunião do programa	38
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO BRASIL	12
3	PARTICIPAÇÃO SOCIAL, TERCEIRO SETOR E VOLUNTARIADO	17
4	METODOLOGIA	30
4.1	Coleta de dados	30
4.2	Participantes da pesquisa	31
4.3	Instrumento (s) para coleta de dados	31
4.4	Local e situação	32
4.5	Descrição dos procedimentos de coleta de dados	33
5	ANÁLISE DE DADOS	34
6	A CÂMARA TÉCNICA DO TERCEIRO SETOR	36
7	RESULTADOS	45
8	AS IMPRESSÕES DOS VOLUNTÁRIOS DA CTTS	53
9	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se trata de um Estudo de Caso sobre a proposta de uma tecnologia social baseada na intersetorialidade entre Estado, setor privado e sociedade civil, com vistas aos aspectos da representação e participação social, ocorrido entre os anos de 2019 a 2020.

Adotou-se o caráter qualitativo, frente à singularidade do fenômeno proposto para investigação, caracterizado por um grupo composto de profissionais liberais voluntários, denominado Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS), que pretendeu realizar ações para a promoção do desenvolvimento sustentável do município. Tal objetivo se deu por meio da oferta gratuita de suporte técnico às Organizações da Sociedade Civil locais para profissionalização da gestão e captação de recursos, projeto estruturado e vinculado à Associação Comercial e Empresarial de Sacramento/MG (ACE).

O trabalho buscou avaliar o impacto da CTTS enquanto possível configuração de representação social, por meio da descrição do seu processo de criação, implementação, execução, estrutura e funcionamento, intervenções e identificação dos contextos e movimentos que culminaram no seu encerramento.

Para compreender as diferentes perspectivas advindas dos sujeitos nele enredado e instaurar-se a possibilidade de ser compreendido de forma mais integrada (GODOY, 1995), utilizou-se diferentes fontes de evidência na tentativa de abarcar as nuances estabelecidas entre o fenômeno e o seu contexto (YIN, 2005). Foram consultados documentos como atas de reuniões, pareceres, comunicados, planos de trabalho, listas de presença, relatórios de prestação de contas, depoimentos em vídeos e entrevistas publicadas em sítio eletrônico, estes analisados enquanto formações discursivas públicas, sob os métodos da análise do discurso de Bardin (2016), além de observação direta e diário de campo.

Com o objetivo de compreender a percepção dos voluntários da Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS), foi adotado como método para coleta de dados o Grupo Focal, metodologia que tem por objetivo reunir informações detalhadas sobre um tópico específico, a partir de um grupo de participantes selecionados, e que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema (TRAD, 2009). A proposta do grupo focal explorou conteúdos que abarcaram, além do processo de planejamento, implementação e execução da Câmara Técnica, os detalhes do desenvolvimento e dos processos que contribuíram para o encerramento das atividades do projeto em janeiro de 2021.

Como característica da investigação proposta no Mestrado Profissional, o estudo adotou a perspectiva da pesquisa-intervenção, de desenho metodológico que persegue a

possibilidade de ação transformadora, visando à resolução de problemas reais e ao aperfeiçoamento das práticas estudadas (ROSSI; PASSOS, 2014). Para além da discussão teórica, visando utilidade secundária, é proposta a elaboração do “produto” a partir da pesquisa, que se materializará em cartilha orientativa acerca dos processos de auto-organização social.

Sobre a divisão de capítulos e subseções, estes foram agrupados e classificados metodologicamente segundo sua natureza, de maneira que se conduzissem uns aos outros, à medida do possível.

No primeiro capítulo, com vistas a contextualizar o desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil e sua relação com o Estado, buscou-se evidenciar, em primeiro momento, os aspectos das reformas administrativas ocorridas na América Latina entre as décadas de 1960 a 1990, salientando as nuances da Matriz Estadocêntrica (MEC), e as tentativas de transição para uma matriz sociocêntrica como forma de fortalecimento do Estado, a partir da publicização da administração pública pelas vias da participação social. Para a discussão desses impasses, reuniram-se pontos importantes acerca do desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil, a partir do contexto das reformas da década de 1990, e a emergência de novas representações sociais.

Conservou-se, para o desenvolvimento do pensamento, o referencial teórico sob a luz de Nuria Cunill Grau (1998) e sua análise acerca da participação social para o processo de publicização da administração pública e consequente fortalecimento do Estado, em um movimento mútuo de apoio e cooperação, terreno o qual o segundo capítulo se propôs a explorar, dentro do contexto do Terceiro Setor e o voluntariado.

O capítulo 3 discorre sobre a metodologia adotada para coleta e análise de dados na pesquisa. Além da observação direta e diário de campo, foi adotada aplicação de grupo focal. Os dados foram analisados pela perspectiva da Análise de Conteúdo de Bardin (2016). No capítulo 4, é apresentada a descrição do processo de elaboração, execução, desenvolvimento e encerramento do Programa Sacramento 2025 - Cidade Empreendedora e, consequentemente, da CTTS.

O quinto capítulo propôs a discussão dos resultados, buscando apresentar as diferentes dinâmicas e movimentos que ocorreram na CTTS, dentro do contexto de sua proposta de ser uma tecnologia social de participação social, por meio do voluntariado.

2 REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO BRASIL

A forma tecnocrática intencional da linguagem adotada faz com que a maioria fique à margem das informações estratégicas, sem possibilidades de consciência acerca do exercício do seu dever. A conjuntura nacional das últimas décadas, com arranjos institucionais frágeis, refletem a suspensão, tornam ainda mais impossível a compreensão do conjunto, das dinâmicas de interesses e, em contraponto, da força de sua participação, forçando a desarticulação social.

A importância crescente que adquire a noção do público está diretamente vinculada à consciência de que o Estado tem sido exposto, sobretudo no século XX, a um processo de privatização, dominado e capturado por interesses particulares, tanto de corporações privadas como das próprias burocracias. É importante destacar que esse processo não está isento de dificuldades. Pelo contrário, seu desdobramento acarreta uma série de dilemas e desafios.

A complexidade e pluralidade presente nas teias sociais são pautadas, principalmente, por contradições e conflitos, inerentes a toda cultura, o que acaba por atribuir incerteza ao futuro da democratização e publicização do Estado brasileiro. Segundo Bresser-Pereira e Grau (1999),

a sociedade civil não constitui um corpo homogêneo que tanto é fonte da solidariedade e do sentido comunitário, mas também está impregnada pelas desigualdades econômicas e sociais. Nas sociedades latino-americanas, as contradições se acentuam como produto dos processos de desintegração gerados por políticas econômicas excludentes. (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 19)

Outro ponto a ser levado em consideração para a busca de compreensão sobre os aspectos da auto-organização é o fator da sociedade pouco conhecer a fundo e menos ainda compreender e saber deduzir-lhes suas imbricações. Uma aposta que pode ser feita é que isso está, em grande parte, pelo fato de que o acesso à informação pela Administração Pública apresenta-se de forma ininteligível para maior parte dos cidadãos.

O conseqüente crescimento do discurso sobre a “derrocada da política” desembocou-se no desacreditar e afastamento dos sujeitos da consciência do ato político, corroborando, em certa medida, para a dinâmica de neutralidade das organizações sociais e desorganização de grupos e movimentos sociais, cenário que contribui para o estabelecimento do poder de decisão e controle a grupos dominantes desprovidos de representatividade coletiva, o enfraquecimento do processo de formulação de políticas sociais e o caráter autorreferenciado da administração pública.

Na década de 1960, a chamada “Reforma para o Desenvolvimento” buscou posicionar o Estado enquanto protagonista na promoção do desenvolvimento econômico, político e social, assumindo o caráter de orientador e planejador. Pretendia-se erradicar o paternalismo, o apadrinhamento, o clientelismo e o nepotismo, por meio do serviço público profissionalizado efetivo e a regulação estatal do sistema econômico. Porém, esse enfoque demonstrou limitações para o processo de modernização da administração pública, principalmente pelo viés formalista adotado, contribuindo para o relacionamento distorcido entre Estado e Sociedade, com tomadas de decisões e resolução de conflitos pontuais e segmentados, com regime social de acumulação e protecionismo.

Nos anos 80, ocorreu uma grande crise nos países em desenvolvimento e consequente queda no crescimento causada, segundo Bresser-Pereira e Grau (1999, p. 15), por crise endógena do Estado Social, que culminou em “concentração de renda e aumento expressivo da violência, mas também incentivou a inovação social na resolução dos problemas coletivos e na própria reforma do Estado”.

Na mesma época em que se faz evidente a crise do modelo socialburocrático do Estado e em que a globalização exige novas modalidades, mais eficientes, de administração pública, cresce a importância de uma forma não privada nem estatal de executar os serviços sociais garantidos pelo Estado: as organizações de serviço público não-estatais, operando na área de oferta de serviços de educação, saúde e cultura com o financiamento do Estado. Por outro lado, a mesma crise, convergindo com a de caráter mais estritamente político, revelava a necessidade de formas de controle social direto sobre a administração pública e do próprio Estado. (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 17)

O setor produtivo não-estatal, conhecido por terceiro setor, definido por Bresser-Pereira e Grau (1999, p. 16) como “organizações ou formas de controle ‘públicas’, porque estão voltadas ao interesse geral, são ‘não estatais’ porque não fazem parte do aparato do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais.”

A partir do surgimento do público não-estatal, vem a ideia de um Estado Social Liberal, que, por sua vez, proteja os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não estatais que defendem direitos ou prestam os serviços de educação, saúde, cultura, assistência social, e seja mais eficiente ao introduzir a competição e a flexibilidade na provisão desses serviços. Um Estado que, além de social e liberal, seja mais democrático, pelo fato de que suas atividades sejam diretamente submetidas ao controle social. Um Estado assim reconstruído poderá resistir aos efeitos perturbadores da globalização e garantir uma sociedade não somente mais desenvolvida, mas também menos injusta.

Com objetivos diferentes, a reforma do Estado, ocorrida na década de 1980, direcionou-se a diminuir a estrutura e cortar pessoal. A partir da Constituição de 1988, ocorre a instauração de um regime jurídico único, com redução das estruturas e do pessoal, ocasionando a diminuição do aparelho do Estado pela demissão de funcionários e salários, bem como a eliminação de órgãos.

Ambas as reformas se materializaram em tentativas de transformações da administração pública, porém com enfoque autorreferenciado e instrumentalista, o que favoreceu a formação de um Estado dependente de atores sociais com poder de veto - estes também dependentes da manutenção de certas políticas estatais - situação que colocou as políticas públicas em território para a obtenção de benefícios de interesses privados (GRAU, 1998). Dessa forma, a relação Estado-sociedade foi marcada pela assimetria e pouca autonomia de seus componentes. A sociedade civil se tornou frágil e a construção do mercado pautou-se em práticas sociais opressoras.

De Matriz Estadocêntrica (MEC), as reformas evidenciaram alguns aspectos políticos como a síndrome de hiperpolitização, regime político hierárquico não representativo, democracia e autoritarismo, classe política fragmentada, ameaças de intervenção militar, círculos burocráticos e relação entre Estado, estrutura político-partidária e sociedade civil marcada por fusões, imbricações, subordinação e eliminação de uns pelos outros (GRAU, 1998).

Na MEC, a fusão entre Estado, estrutura partidária e aparelho estatal faz-se a partir da imagem de um líder populista e pela identificação entre Estado e partido, configuração que impede o desenvolvimento de espaços para a vida política autônoma e acaba por tornar a ação política centralizada nas corporações, ou seja, a política social se transforma em política econômica e é deixada à margem das instituições representativas.

Nesse contexto, o desenvolvimento das instituições públicas na América Latina foi descuidado e sofreu graves prejuízos pela falta de interesse, dinheiro e capacidade de administrar, colocando em risco a democracia e a estabilidade econômica, o que corroborou para a degradação da qualidade do funcionamento e da descredibilização do conceito de serviço público.

Para compreensão das transformações institucionais que as reformas administrativas implicaram na década de 1990, é imprescindível a consideração das influências dominantes, advindas do padrão de dependência da América Latina, onde não há uniformidade nos eventos históricos devido à sua diversidade. Porém, pode-se registrar que há sempre padrão de dependência e influências dominantes nos processos de transformação institucional (GRAU,

1998).

As crises dos anos 1990 impuseram a lógica do recurso mais eficiente e consequente restrição econômica devido à redução das taxas de crescimento e o aumento da concentração de renda, com emergente preocupação quanto à eficiência dos serviços públicos. No campo político, exigiram reajuste fiscal e dando o tom à reforma voltada para o mercado, além da diminuição do Estado e de propostas de democracia direta e participativa, deixando de se expressar por movimentos sociais e entre as organizações não governamentais.

A New Public Management, por exemplo, deu mais ênfase no controle sobre os custos da administração pública que à necessidade de torná-la mais atenta às necessidades do público. O problema do usuário ser tratado como cliente resulta no risco de substituir a responsabilidade política pela responsabilidade mercantil. Irresponsabilidade social, ou seja, o usuário só controla o que usufrui, ademais, não.

Os desenhos, até então, propostos para a transformação, levaram ao aumento da ineficiência, criando mecanismos ainda mais rígidos que, como visto em outras experiências de tentativas de reforma, se consolidam em configurações propícias à criação de novos privilégios e a consolidação dos existentes como o paternalismo, apadrinhamento e clientelismo. Grau (1998) aponta que a erradicação desses aspectos apenas se dará por meio da transformação das ferramentas da administração pública e pela ampliação da esfera pública a partir da criação de condições para a participação social para evitar a cooptação por interesses particulares que se constituem em obstáculo para o desenvolvimento da sociedade e se reproduzem no plano social e mantêm a desigualdade.

Para a ampliação da esfera pública, é preciso impedir a apropriação do poder privado do aparelho estatal, o que torna imprescindível a transição da MEC para uma matriz sociocêntrica e transcender o traço autorreferente da atuação do Estado e sua democratização, que perpassa pela transformação da própria administração pública, espaço de desenvolvimento de políticas e decisões.

O princípio de legitimidade democrática reivindica, na esfera social, em termos de participação e publicidade, que as tomadas de decisões sejam resultado do debate público e obtenção de consenso. Dessa forma, a autorrepresentação e a transformação do sistema de intermediação e representação devem ganhar desenhos organizacionais que integrem diversas formas de representação política de interesses, de modo a produzir eficiência e eficácia na racionalidade, austeridade, transparência, ética e responsabilidade social (GRAU, 1998).

A cooptação por interesses particulares do aparelho público-estatal reproduz e assegura a manutenção das desigualdades existentes, bem como impede que a agenda

governamental contemple pautas no tange às reais demandas da sociedade, levando a desenhos incrementais dos processos de tomadas de decisões, permeados pela incerteza e ambiguidade subjacentes ao processo e instituições políticas (SERAFFIM; BRITO, 2012).

A discussão sobre a reforma do Estado envolve diferentes conceitos e consensos sobre a noção de Estado e Sociedade Civil, o que gerou uma discussão teórica fundamental para a compreensão dos desdobramentos do Terceiro Setor no Brasil. A proposta da reforma não desobriga o envolvimento direto do Estado com a solução dos problemas sociais e, muito menos, que essa solução seja de responsabilidade da sociedade não-estatal.

O termo Terceiro Setor foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos, na década de 70, para dar caráter ao setor que combina flexibilidade e eficiência do mercado com a equidade e previsibilidade da burocracia pública. Uma manifestação de novas formas de enfrentamento aos problemas sociais, a partir do voluntariado e doação de recursos, com base nos valores de solidariedade.

O modelo de três setores classificados por suas atividades desenvolvidas: Privado, Público e o Não-estatal. O termo não-estatal, segundo Coelho (2002), indica que, embora as instituições prestem serviços de caráter público ou coletivo, não se pretende substituir o Estado em suas funções.

Segundo Coelho (2002), as atividades do terceiro setor visam ao atendimento de necessidades coletivas e, muitas vezes, públicas, sem objetivar o lucro. Ou seja, é composto por entidades privadas, o que as diferencia das instituições governamentais e sem fins lucrativos, o que as distingue das empresas inseridas no mercado.

Diferente dos movimentos sociais, as organizações do terceiro setor possuem estruturas formais com quadro pessoal e respectivo desempenho de funções, com rotinas padronizadas. Além disso, são autogovernadas e envolvem o voluntariado, este último mais recorrente na atuação de conselhos e diretoria, fornecendo às instituições conhecimentos profissionais específicos e cultura de gestão.

É nítido que essa atuação tem seu crescimento no setor privado, por meio de programas de voluntariado empresarial e corporativo, pelo engajamento das organizações no cumprimento de papel socialmente responsável. Porém, o terceiro setor ainda lidera o volume de voluntários, importante recurso para essas organizações.

3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL, TERCEIRO SETOR E VOLUNTARIADO

De fato, a solidariedade, o compromisso, a cooperação voluntária, o sentido do dever, a responsabilidade pelo outro são todos princípios que tendem a caracterizar as organizações sem fins de lucro e, em termos mais amplos, a “comunidade” enquanto mecanismo de atribuição de valores, diferenciável do mercado, baseado na competição, e do Estado, fundado no poder coercitivo.

De acordo com a definição das Organizações das Nações Unidas- ONU (2012), voluntariado é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos.

Segundo Coelho (2002), a noção de caridade está intimamente ligada a esse tipo de atividade, que se originou no seio das religiões e valores culturais locais. A maior referência em trabalho voluntário atualmente é os Estados Unidos, sendo que 90% dos seus cidadãos são ou já foram voluntários em alguma instituição.

O que motiva as pessoas a atuarem de forma voluntária, basicamente, se divide em valores altruístas e interesses próprios. Estes últimos pautados pela oportunidade que o voluntariado oferta do aprendizado de novas tarefas ou ganhos diretos, como a melhoria de um ambiente que faz uso. Da mesma forma, ocorrem as motivações para a cultura da doação de recursos, a partir da visão de que, para haver desenvolvimento econômico, é necessário desenvolvimento social.

A principal razão para recorrer às entidades sem fins lucrativos não é que sejam mais eficientes na provisão de serviços do que poderia ser qualquer outra entidade, mas sim porque permitem desenvolver papéis que nem o Estado nem o mercado podem cumprir. Bresser-Pereira e Grau (1999) afirmam que a

confiança, a dedicação, a solidariedade constituem papéis que lhes imprimem uma especificidade em relação ao setor lucrativo, a flexibilidade, a existência de experiência especializada e a habilidade para acessar a clientes difíceis de alcançar, são exibidas como algumas das maiores vantagens que o setor não lucrativo ou público não-estatal teria sobre o setor público estatal. (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 34)

Para Coelho (2002), a política é a arte de descobrir o que é possível, principalmente no que se refere às soluções para os problemas sociais. Para que de fato o possível possa vir a ser realizado, é necessário informação e conhecimento.

“O conceito abrangente de IPs é especialmente relevante como recurso metodológico na análise dos efeitos das inovações democráticas na atuação dos governos, bem como nos padrões de ação coletiva de movimentos sociais que se inseriram nesses arranjos” (CARLOS, 2015, p. 83).

Há um esforço para repensar o papel do Estado e sua participação no desenvolvimento social. A partir da constatação da crise do Estado, os caminhos para o desenvolvimento social, com base na transformação das funções dos diferentes atores sociais, ganharam expressão por meio do associativismo e do terceiro setor (COELHO, 2002).

As associações voluntárias sempre estiveram presentes nas comunidades, em sua maioria, ligadas às organizações religiosas e étnicas. Os valores religiosos foram terrenos férteis para o desenvolvimento do voluntariado e da construção de capital social nas comunidades, tanto na América Latina, quanto em países como Estados Unidos, Holanda, Alemanha e Itália (COELHO, 2002).

Porém, o fator religioso ainda é insuficiente para explicar a construção e manifestação do Terceiro Setor, com maior complexidade ainda no que tange à realidade brasileira, pois sua estruturação é composta por uma soma de fatores específicos a cada país, como exemplos, a formação socioeconômica, as escolhas políticas e a cultura política local.

Cabe ressaltar que os movimentos sociais são aqui compreendidos como coletividades formadas por uma pluralidade de atores sociais, individuais e organizacionais ligadas em modelos de interação, com base em identidades compartilhadas construídas mediante relações de conflito e cooperação (DIANI, 2003; MERLUCI, 1996 *apud* CARLOS, 2015).

O terceiro setor reage às mudanças contextuais e com elas interage. Apesar de as políticas governamentais buscarem dar respostas às demandas sociais, são insuficientes. As organizações do terceiro setor podem ser parceiras eficazes na execução das políticas sociais, que reflete a primazia do local na condução das políticas públicas. Para Coelho (2002), repensar as funções do Estado implica também em rever as funções dos atores com quem ele interage. Inclusive, o próprio papel do mercado, que é convocado a participar e contribuir para a solução de problemas sociais.

A democracia no Estado, bem como que este seja capaz de favorecer o empreendimento social a respeito das necessidades coletivas, constituem por si mesmos objetivos a alcançar para que possa se criar uma nova arquitetura social que tanto responda aos limites reconhecidos atualmente do Estado, como recupere as funções básicas deste sobre o bem-estar geral.

Há, pelo menos, três fatores relacionados que pressionam sobre a democratização e pluralização das formas de representação política. Um é a descentralização da política; outro é o aumento da diversidade social; por fim, uma terceira chave é a crescente preocupação com a defesa do patrimônio público e o correspondente aumento da importância dos “direitos republicanos”. (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 20).

A importância crescente que adquire o público não-estatal se associa, de maneira fundamental, à necessidade de proteger os “direitos republicanos”: os direitos que cada cidadão tem que o patrimônio público seja de fato público e não capturado por interesses particulares. A administração burocrática e, conseqüentemente, atuação autorreferenciada do aparelho Estatal exige que o Estado implante dispositivos para eficácia e eficiência, com vistas à abertura da administração às necessidades do usuário e os modelos de associação entre o aparelho estatal público e o público social para a prestação de serviços públicos, assim como para a transferência destes ao mercado.

“A gestão dos assuntos públicos apresenta complexidade e convoca número significativo de atores sociais para sua eficácia” (GRAU, 1998, p. 207). Ou seja, a problemática não se trata estritamente apenas da reforma administrativa em si, mas do seu caráter burocrático. A gestão pública é complexa e requer a atuação de diversos atores para executá-la, o que torna a redução do tamanho do Estado estratégia ineficiente para resolução dos impasses.

Colocar-se em termos do público não-estatal se orienta nessa direção, insinuando que a sociedade “civil” não é equivalente ao público tanto como que o Estado não o esgota, mas sim que é precisamente na ruptura dessa dicotomia que pode se encontrar uma das maiores potencialidades para a mudança social.

A instauração de mecanismos da democracia direta com vistas a promover a democracia participativa expande a participação política e social, porém ocorre também o aumento do controle sobre a sociedade. Exemplo é a atuação dos conselhos municipais, instâncias, muitas vezes, marcadas pela administração pública para o exercício do controle sobre a sociedade, a partir da exclusão da autonomia de seus membros representantes do setor público. Grau (1998) aponta para a necessidade de inovação institucional para a transformação e diversificação dos sistemas de intermediação e representação política, com foco na autorrepresentação.

A participação social, necessariamente para ser legítima, precisa ser consciente, e para ser representativa, é necessário o trabalho educacional com a população, caso contrário, as decisões dos atores sociais podem ser ineficientes e ineficazes. Ou seja, não basta existir

ferramentas e instrumentos de participação social, é preciso transpor o parâmetro quantitativo e uni-lo ao qualitativo, a partir de uma perspectiva do coletivo, do diálogo e compartilhamento, equação para se evitar as assimetrias na representação política e social. A erradicação da MEC é condição necessária para que se alcance a publicização da administração pública e a reforma deve se orientar para combater a apropriação privada do aparelho público, a atuação autorreferenciada e a falta de responsabilidade pública.

Para modernizar o Estado, é preciso reformar sua base constitucional e a cultura política que o sustenta, reforçando a institucionalidade da representação social e garantindo a participação cidadã, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de influência e controle da sociedade sobre o Estado, combatendo a falta de responsabilidade pública em relação à prestação de contas aos outros poderes e aos cidadãos. A resolução dessa dimensão é multidimensional, pois é preciso uma institucionalidade de representação política social e jurídica que torne possível exigir a prestação de contas horizontal e vertical.

Com a falta de prestígio dos primeiros governos constitucionais, desenvolveu-se lideranças personalistas e maior apatia política, os setores populares e classe média passaram a se abster da participação a não ser pelo voto, o que Grau (1998) entende por cidadania de baixa intensidade, em que as minorias não são tratadas com justiça e não se beneficiam dos direitos e serviços, além de sofrerem violência policial, no espaço denominado de democracia delegativas, com presidente que não presta contas, direciona por rápidas elaborações de políticas e, por isso, alta probabilidade de erros.

Esse cenário impele a urgência de que o Estado desenvolva a capacidade estratégica e adaptativa para solucionar problemas, antecipar e resolver conflitos, bem como exercitar sua autoridade com o máximo de legitimidade, no plano político e no plano econômico, e sobre este, fazer cumprir as regulações de grandes empresas e desregular o necessário para o desenvolvimento social e mercantil. (GRAU, 1998).

O estímulo à concorrência, mediante a diversificação dos agentes públicos, por um esquema que suponha que o Estado não só mantenha sua responsabilidade no financiamento dos serviços públicos, mas que tenda a introduzir a concorrência em sua própria organização pela multiplicação dos provedores públicos estatais, estimulando que a produção direta desses serviços seja feita por agências ou entes que não operem mediante lógica mercantil (GRAU, 1998).

O que se reivindica do Estado é o papel de financiador dos serviços sociais e que, mesmo que vários atores concorram para a produção de bens públicos, que o Estado mantenha seu papel de prestador de todos aqueles serviços públicos nos quais esteja implicada a

preservação de valores públicos indelegáveis. O Estado tem de assegurar a prestação eficiente dos serviços a serem mantidos na órbita pública - estatal ou não-estatal - porque estes implicam objetivos públicos a satisfazer e compõem a afirmação de direitos sociais da cidadania. (GRAU, 1998).

Para aprofundamento da democracia, a administração deve facilitar a incorporação da “cidadania tanto na produção de bens públicos como na formulação e prosseguimento das políticas públicas, superando os limites impostos pelo desenho burocrático das organizações sobre deliberação pública e pluralismo político” (GRAU, 1998, p. 235), aumentando novos modos de organização que facilitem a coprodução dos bens e serviços públicos por meio da cooperação público-privada.

Essa coprodução influencia que o setor público seja uma instituição normativa, mais do que geradora de serviços com arranjos que promovam relações horizontais entre governo, empresas, OSCs e comunidades, baseados na negociação, na concentração e na participação, sob o quadro da descentralização político-administrativa, um modelo de gestão necessário baseado no pluralismo cooperativo, na participação e espaços institucionais de solidariedade.

O impacto da vida associacional depende das estruturas burocráticas e instituições políticas, ou seja, modernizar o núcleo estratégico do Estado e profissionalizar os servidores públicos nas atividades exclusivas - legislar e tributar- e subsidiar os serviços não-exclusivos, mantendo seus esforços direcionados à proteção dos direitos sociais, e funções a ele vinculadas, principalmente educação, saúde e assistência social, contratadas de organizações públicas não-estatais. (GRAU, 1998).

“O terceiro setor, expressão que se considera adequada na medida em que sugere uma terceira forma de propriedade entre a privada e a estatal, mas que se limita ao não-estatal enquanto produção, não incluindo o não-estatal enquanto controle” (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 17), se trata de uma institucionalidade que possibilita a administração pública ser mais permeável às demandas emergentes da sociedade, sendo as Organizações da Sociedade Civil (OSC) instituições vinculadas às áreas de decisão estatal. As transformações em 1990 culminaram na desestatização, regulação, agencificação, consensualização, contratualização, processualização, a fim de fortalecer o modelo regulador do Estado e incrementar as formas oficiais de apoio oferecidas ao chamado setor público não-estatal.

O Plano Diretor da Reforma do Estado em 1990 visou transformar as fundações públicas em organizações sociais, entidades de direito privado, sem fins lucrativos, com autorização específica do poder legislativo para celebrar contratos de gestão com o Poder Executivo (GRAU, 1998), por exemplo, a exigência do controle social por meio de conselhos

de administração compostos por representantes do poder público, representantes da sociedade civil e pessoas notórias, capacidade profissional e idoneidade moral.

Esse modelo revela a responsabilidade do Estado com o bem-estar da população e proteção dos direitos sociais. Os serviços públicos providos a partir da sociedade podem constituir base para institucionalidade pública e, para isso, é preciso implementar uma administração pública gerencial, baseada em uma concepção de Estado e de sociedade democrática e plural, em que é possível a mudança de papel do Estado enquanto promotor, com foco nas funções de regulação e transferência (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999).

A necessidade de leis e de políticas claras e consistentes, que impliquem em resoluções de problemas de caráter público por meio de valores e assegurem a alocação equitativa de recursos evitam a discricionariedade, condição necessária quando se aspira adaptar as organizações às demandas do mercado, e se harmonizam com a ideia de que o sistema político não é participativo e só se pode negociar decisões particulares, sem regras básicas (GRAU, 1998).

Apesar de, até então, a esfera pública ser tradicionalmente circunscrita aos limites do Estado, com o desdobramento do Terceiro Setor, lança-se suas raízes na sociedade, porém em movimento ainda permeado por contradições. Abre-se precedentes para que a política social se transforme em política econômica e seja deixada à margem das instituições representativas, com efeitos de clientelismo burocrático (a troca de vantagens por legitimidade política) que funciona em regimes populistas distribucionistas e também em regimes autoritários acumulacionistas (GRAU, 1998).

O Terceiro Setor é reconhecido a partir da intervenção da sociedade civil organizada, atuando para a defesa e garantia de direitos essenciais. Configura-se em organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos com autonomia e administração própria, bem como compromisso prático entre a eficiência e a equidade (PAES; VALLE; SANTOS, 2017). Segundo Muraro e Lima (2003), possui dimensão global, convidando todos a participarem de sua expansão, rumo a uma revolução diferente do fenômeno “lucro”, e diferente do poder centralizado e único no governo.

Fenômeno da atualidade, com raízes tanto nos atritos entre o Estado e o mercado quanto no reconhecimento da importância da sociedade civil organizada como a base do Estado Democrático de Direito, torna-se um espaço de cidadania “constituído pelas relações sociais da esfera pública entre cidadãos e governo, demonstrando uma correlação de atuação em espaços tradicionalmente ocupados pelo Estado” (SANTOS, 2013, p. 155 apud PAES; VALLE; SANTOS, 2017, p. 11).

O Mapa das Organizações da Sociedade Civil, do Instituto Brasileiro de Pesquisas Aplicadas (IPEA), demonstra que, atualmente, mais de 99% (noventa e nove por cento) dos municípios têm alguma entidade do Terceiro Setor cadastrada na esfera federal. Atualmente, ao todo, são 820.455 (oitocentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) mapeadas.

A Constituição Federal de 1988 ampliou os direitos civis das pessoas e o fortalecimento dos princípios democráticos, além de indicar ações governamentais integradas, intersetorial e interinstitucional, consolidando-se como diretrizes para várias políticas públicas que asseguram direitos. A proposição de descentralização administrativa do Estado sinalizou a emancipação das comunidades locais, embora seja necessário reconhecer o longo caminho a ser percorrido para que se efetive esse processo de aperfeiçoamento da gestão pública (FISHER, 2005).

Inojosa (2001) define intersetorialidade como sinônimo de transetorialidade, devido ao diálogo entre saberes e experiências para o planejamento, realização e avaliação de políticas, bem como programas e projetos, com o objetivo de abordar, de forma mais ampla, situações complexas. Essa articulação possibilita soluções de maior efetividade, a partir do momento que supera a fragmentação e sobreposição de práticas na relação com os usuários de serviços estatais, ou mesmo de serviços ofertados por Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Calegare e Silva Junior (2009) evidenciam a necessidade de problematização dos parâmetros e referenciais utilizados na gestão e execução das políticas públicas, a partir do momento que é observada a exclusão de atores sociais que estão entrelaçados nos fenômenos sociais, não participando da elaboração das políticas e negligenciando, assim, práticas que possam contribuir para a construção da autonomia e atuação política desses sujeitos.

O Terceiro Setor e o Estado interagem não só por meio da prestação de serviços, mas também pela pressão política sobre o Estado e por propostas de soluções que nascem da comunidade em consonância com suas próprias demandas. Com a adoção do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), pela lei 13.019 de 2014, a contratualização entre a Administração Pública e as entidades sociais possibilitou uma maior interação entre o Estado e as entidades sociais.

O Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF) demonstrou a relevância das ações executadas pelas OSC que possuíam o CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Além dessas áreas, há ainda as ações desenvolvidas nas artes, esportes, recreação e cultura, com significativa variedade de atividades prestadas, o que é esperado sendo a

população brasileira marcada pela diversidade e vulnerabilidade social. Devemos, ainda, pontuar que a participação do Terceiro Setor para a cristalização de direitos fundamentais como saúde, educação e lazer não busca eliminar as participações e responsabilidades do Estado e do mercado, mas intenciona atuar em parceria com os dois (PAES; VALLE; SANTOS, 2017).

Segundo o IPEA (2017), há uma quantidade considerável de motivos para se conveniar com OSC na execução de políticas públicas, como os critérios de expertise; fortalecimento da rede; capilaridade; ampliação da legitimidade; falta de quadros burocráticos; proximidade com os beneficiários; incorporação de novos atores e agilidade. Já a FONIF (2014) aponta que, a cada um real que o Estado desonera ou autorize alguma isenção fiscal ou financeira, as entidades do Terceiro Setor devolvem para a sociedade R\$ 5, 92 (cinco reais e noventa e dois centavos), na forma de prestação de serviços públicos essenciais como saúde.

Importante frisar que as experiências de privatização não costumam ser bem sucedidas quando se trata de serviços complexos, indefiníveis, de alcance vasto e subjetivo e ao existirem vários objetivos implicados, aspectos estes que tendem a dominar no campo dos serviços sociais (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999).

Aos poucos, a Administração Pública, em todos os seus níveis, vem integrando as entidades do Terceiro Setor à sua atuação, após o crescimento da consciência de que a transparência efetiva da coisa pública e de sua gestão é a garantia mais concreta da democracia participativa contra a violação dos direitos públicos e a privatização da responsabilidade pública, refletida pelo crescimento do volume de recursos investidos pela União para as entidades sociais. Os relacionamentos sob a forma de parcerias tornam-se o meio de busca de soluções sustentáveis para problemas do desenvolvimento social, uma vez que as dimensões da desorganização social existentes têm gerado desperdício de recursos (AMORIM et al., 2018).

Em tais casos, é provável também que a provisão de serviços por meio das entidades sem fins lucrativos seja mais eficiente. Ou seja, administrada a custos mais baixos, basicamente pela utilização de voluntários e o uso de doações. A generosidade e o compromisso ideológico são também papéis que cumprem tais instituições. (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999, p. 33)

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil permitiu à sociedade tomar a iniciativa de mover o poder público em favor da efetivação de projetos de fomento, a partir da regulamentação da Lei de nº 13.019/2014, que estabelece “normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, permite o

estabelecimento de parcerias estatais com as OSCs, além de regularizar um novo instrumento contratual para o fomento e a colaboração” (BRASIL, 2014, s. p.). A habilitação resume-se a dois conjuntos de requisitos: o primeiro deles é de natureza institucional e diz respeito às normas de funcionamento da OSC, sua finalidade, sua submissão a requisitos de contabilidade e a limitação estatutária sobre o destino de seus bens, e exige regularidade fiscal, previdenciária e tributária da OSC (MARRARA; CESÁRIO, 2016).

A Lei 13.019/2014 possui seis capítulos dedicados a disposições preliminares, celebração do termo de colaboração e do termo de fomento, formalização e execução das parcerias, prestação de contas, responsabilidades e sanções, incluindo normas sobre a vigência da lei, além de incluírem a definição de rótulos em relação às organizações sociais, o que tornou fundamental para acesso a fomento e para transferência de recursos financeiros ou uso de bens; termo de fomento e cooperação. Apesar da complexidade, a lei entrou em vigor posteriormente aos Municípios, em 2017, permitindo-lhes optar por adiantamento da vigência local até então, o que revelou preocupação com a adaptação às novas normas pelos municípios.

Apesar de conferir bastante flexibilidade à administração pública, valorizou mecanismos de diálogo com a sociedade e facilitou a elaboração de ajustes mais aderentes às necessidades sociais. Segundo Marrara e Cesário (2016), a legislação das parcerias sociais, na tentativa de moralizar, valorizar e imprimir mais eficiência nas relações de fomento entre o Estado e o setor público não-estatal, implicou no contrário, tornou essas relações ainda mais custosas, burocratizadas e pouco atraentes.

Com as mudanças das reformas na década de 1990, o Estado busca estar como regulador das entidades que atuam como colaboradoras em áreas de interesse público, a instituição do chamamento como instrumento nacional de garantia de proteção da isonomia e da moralização da política de fomento, o que consiste em uma das maiores inovações da reforma.

A contratualização preserva a responsabilidade pelo uso de recursos públicos e da autonomia de ação que as organizações sociais estabelecem direitos e deveres das instâncias políticas e dos executores, para não agredirem os valores públicos, bem como inibe a possibilidade de apropriação privada dos recursos públicos pelas organizações sociais. E mais, uma operação de institucionalidade de representação social, na definição dos objetivos e políticas públicas no controle sobre as agências encarregadas de implementá-las.

Segundo Grau (1998), assumir a virtualidade oferecida para a ampliação da esfera pública, pelas organizações sociais, cujo funcionamento baseia-se na solidariedade e, em

particular, nos entes privados de serviço público - as organizações não lucrativas - conduz expressamente ao desenvolvimento da institucionalidade de participação social para efeitos da produção de bens públicos, sobretudo dos que se dirigem a coletividade específicas e, conseqüentemente, aquelas nas quais seja possível transcender a exigência de que o serviço público chegue a todos e de igual forma.

O modelo que combina concorrência e contratualidade pode ser uma alternativa à provisão monopolista e autoritária de serviços públicos, desde que haja responsabilidade horizontal entre agência, centro político e sociedade. A cooperação deve ser o valor central quando implicada de abordagem multisetorial ou quando vários atores intervêm na produção de um bem ou serviço e, para isso, é preciso interconectividade e que as relações sejam baseadas na confiança, em desenho horizontal no processo de tomada de decisão, sem hierarquias, favorecendo a criação de um contexto cultural capaz de viabilizar e dar estabilidade à noção de sociedade de trabalho.

“A aceitação de que a concorrência e a contratualidade - princípios chave do paradigma pós-burocrático - podem contribuir para confrontar a provisão monopolista dos serviços públicos e contra um sistema de responsabilidade unilateral e autoritária” (GRAU, 1998, p. 257). Nenhuma solução institucional que se baseie na fragmentação solucionará problemas sociais. As OSC se vinculam com a complexidade, dinâmica e diversidade presentes no público e, ao compartilharem as tarefas e responsabilidade com o Estado, enfatizam a horizontalidade da administração pública, ao introduzirem a lógica de solidariedade na produção de bens públicos e promoverem o fortalecimento da auto-organização social.

Para um bom funcionamento dessa parceria, são necessárias confiança mútua e profissionalização do funcionalismo público, de forma a tornar administração receptiva, bem como permitir que o cidadão tenha acesso a uma administração a qual ele possa compreender, ser acessível em termos espaciais, temporais e materiais, e responder o que se espera, permitindo, de fato, a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão.

“O direito do público à informação deve implicar na acessibilidade sobre projetos de lei e programas governamentais, assim como sobre todas as medidas concretas que possam adotar para que o cidadão receba melhores informações de valor estratégico, que possibilite o exercício de voz” (GRAU, 1998, p. 260). Não basta que existam estruturas para que o cidadão participe, se o público não tem informação adequada para julgar o desempenho do governo e dos seus serviços. A formação plural das políticas públicas e a **accountability** da administração pública viabilizam esse processo e conferem o foco na qualidade das relações

da administração com os cidadãos.

A possibilidade de que a participação política seja exercida pelos sujeitos sociais em condições de igualdade, pluralismo e a deliberação pública depende de uma série de condições, que estabeleça uma relação reguladora e não constitutiva com a própria esfera política e que se desenvolva em um contexto institucional livre dos princípios próprios do modelo burocrático. Desenvolver esses espaços públicos é um dos desafios centrais para a formulação plural das políticas públicas e possibilita que o Estado se readapte às novas condições da multifatorialidade em que se encontram os problemas sociais (GRAU, 1998).

O exercício da cidadania auto-organização evita que o Estado seja objeto de apropriação de interesses privados, seja autorreferenciado e irresponsável socialmente. A institucionalidade de representação e participação social, orientada pelos princípios da legitimidade democrática e expressa possibilidade de processos horizontais de articulação política, de modo a refletir a aglutinação da vontade pública. A coprodução transforma-se em uma institucionalidade pública reforçada e respeita a ação coletiva implicada no Estado, na solidariedade e, contingentemente, mercantil. E também se assume os princípios de *accountability*.

É indispensável a participação dos cidadãos, com capacidade para incidir também nas decisões das instituições privadas de serviço público, consequentemente, de bases democráticas e pluralistas. Um dos problemas do usuário é ser tratado como cliente, o que resulta no risco de substituir a responsabilidade política pela responsabilidade mercantil, fundada em irresponsabilidade social, ou seja, o usuário passa a controlar somente o que usufrui, ademais, não. Colocar o tamanho do Estado como problema impede a correção das assimetrias na distribuição do poder social e político, e na possibilidade de crescimento econômico baseado na produtividade, competitividade, equidade e sustentabilidade ambiental. Daí a importância de uma fundamentação ética da cidadania e do aporte que trazem para construir aquelas instituições informais, baseadas na solidariedade, desempenhando o papel de colaborar no debate público.

O desenvolvimento de políticas abarca o fortalecimento das capacidades de análise, coordenação e apresentação destas e, para haver a sua democratização, é preciso debate público e, não menos importante, a prestação de contas, como já discutido anteriormente. O cumprimento dos mandamentos legais requer intensivo investimento em capacitação de agentes públicos, pois os requisitos procedimentais se revelam bastante numerosos, cerne do microsistema normativo e também grande vontade política, para que a seleção das OSCs seja objetiva, impessoal e moral, tornando as parcerias com o setor público não-estatal de fato

efetivas e atinjam seus resultados de maneira satisfatória, evitando-se o dispêndio indevido ou o desperdício de recursos públicos (MARRARA; CESÁRIO, 2016).

Repensando o público, recuperando-o como tema social e envolvendo-o, dentre outras dimensões, como as discutidas anteriormente, é provável que “o que é - ou deve ser - comum a todos possa ser fortalecido. Em sua trajetória, e isto é fundamental, o privado, e em especial, a soberania pessoal, também poderia ampliar seus espaços de realização” (GRAU, 1998, p. 285). Há mecanismos para incrementar a responsabilidade social além da aplicação só à administração pública, que se mantém na esfera do Estado, mas também que se estende na direção da própria sociedade, tanto mercantil como não mercantil.

Além das implicações da dimensão não-estatal junto ao Estado e a administração pública, o Terceiro Setor desempenha papel primordial para o cumprimento da responsabilidade social corporativa no setor privado. É a partir do fomento às organizações da sociedade civil que as empresas contribuem para o desenvolvimento local sustentável. Atualmente, as empresas têm alinhado suas ações e negócios aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, propostos pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), surgindo diálogos e negociações com os demais setores da sociedade.

Os ODS, organizados para abranger os “5 P’s da Sustentabilidade” (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria), fazem parte de uma agenda global capitaneada pela ONU por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujo objetivo é acabar com a pobreza no mundo, lutar contra a desigualdade, a injustiça e combater as mudanças climáticas. Eles são integrados e equilibram três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Ao desenvolver programas sociais via ideologia da responsabilidade social, as organizações privadas, envolvidas em relações com agentes políticos, ambientalistas, microempreendedores e lideranças comunitárias, veiculam-se a uma imagem socialmente responsável. Apesar dessa articulação, há discordância em relação às intenções e legitimidade dessa construção, a partir do ponto em que as atividades produtivas da empresa são vistas de maneira discordante, abrindo-se precedentes para o questionamento acerca das políticas desenvolvidas no seio organizacional (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005).

A ruptura de monopólios supõe recuperar a noção do público como a capacidade de a sociedade participar na formação de opinião e vontade política, ao reconciliar a liberdade com a igualdade, a diversidade com a inclusão, de forma a mitigar os efeitos das desigualdades econômicas e sociais sobre a participação política e possibilitar o respeito à diversidade. A noção de uma comunidade política que admite a liberdade individual e a noção de cidadania

que admite diferenças, são objetos de regras que correspondem mais ao âmbito do mercado que ao âmbito político, e se tornam sujeitos progressivos da privatização do público.

4 METODOLOGIA

O presente estudo adotou o caráter qualitativo, frente à singularidade do fenômeno de participação social que se pretendeu investigar, sendo ele composto por um grupo de pessoas que realizou ações direcionadas a outras pessoas direta e indiretamente, no espaço concreto de uma organização classificada como associação, uma das expressões da Organização da Sociedade Civil. Ou seja, sob o caráter qualitativo, procurou compreendê-lo a partir das diferentes perspectivas advindas dos sujeitos nele enredado e, dessa forma, pautando-se em Godoy (1995), apostou em ser compreendido de forma mais integrada.

O estudo foi levado a cabo por meio do método de Estudo de Caso que, segundo Yin (2005), se trata de uma forma de fazer pesquisa empírica investigando fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situação em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas e, para isso, se utiliza de diferentes fontes de evidência. Dessa forma, buscou-se realizar um exame detalhado de uma unidade social, em específico, um grupo de pessoas da Câmara Técnica que propõe intervenções para a captação de recursos das OSC de Sacramento. Sendo assim, uma situação não usual (GODOY, 1995).

A perspectiva da pesquisa foi de pesquisa-intervenção, na qual substitui-se a fórmula “conhecer para transformar” por “transformar para conhecer”, característica do objeto de estudo em questão, que possui caráter pedagógico do “aprender-fazendo”, quando os membros, ao mesmo tempo que oferecem suporte e apoio às OSC, desenvolvem a expertise acerca de seu trabalho. Em movimento de desdogmatização da ciência, este desenho metodológico destacou-se pela sua autonomia e ação transformadora, visando à resolução de problemas reais e ao aperfeiçoamento das práticas estudadas (ROSSI; PASSOS, 2014).

4.1 Coleta de dados

Com o objetivo de descrever a estrutura e funcionamento da Câmara Técnica do Terceiro Setor, bem como suas ações e intervenções nas OSC, utiliza-se a observação participante que possibilita obter uma perspectiva holística e natural do fenômeno a ser estudado (MÓNICO *et al.*, 2017), também o diário de campo, que é um instrumento metodológico utilizado para registrar o que é vivenciado durante a participação. Por meio do diário de campo, é possível conhecer sobre as vivências, o que implica em um saber não institucionalizado, mas prático (COSTA; COIMBRA, 2008).

Na busca por apreender as percepções dos voluntários da CTTS acerca de todas as dinâmicas que ocorreram desde o seu processo de criação até o encerramento, adotou-se a aplicação de grupo focal junto aos membros voluntários, instrumento que se propôs a explorar conteúdos que abarcaram o processo de criação, implementação, desenvolvimento e encerramento da CTTS. De acordo com Trad (2009), os grupos focais, como uma técnica de pesquisa qualitativa derivada das entrevistas grupais que coleta informações por meio das interações grupais, são uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação.

Os dados coletados nortearam, posteriormente, a análise de dados que fomentará a elaboração de uma cartilha didática que promova a instrução de como fazer o planejamento, o desenvolvimento e execução de uma Câmara Técnica do Terceiro Setor, de forma que ela possa ser aplicada em outros municípios.

4.2 Participantes da pesquisa

Com a finalidade de identificar o processo de implementação e execução da Câmara Técnica do Terceiro Setor, foram consultados documentos como atas de reuniões, pareceres, comunicados, planos de trabalho, listas de presença, relatórios de prestação de contas, depoimentos em vídeos e entrevistas publicadas em sítio eletrônico, estes analisados enquanto formações discursivas públicas, sob os métodos da análise do discurso de Bardin (2016), além de observação direta e diário de campo.

Os voluntários que participaram do grupo focal foram selecionados de acordo com o seguinte critério: voluntários (homens e mulheres) que atuaram pelo menos 6 (seis) meses junto à CTTS, de forma que os dados coletados fossem somente referentes à CTTS. Elencou-se, em primeiro momento, as seguintes temáticas a serem tratadas durante o encontro: (1) criação da CTTS; (2) motivação em se voluntariar no projeto; (3) percepções sobre o desenvolvimento da CTTS; (4) sobre seu encerramento, de forma que possibilitou compreender como os voluntários apreenderam o fenômeno em questão.

4.3 Instrumento (s) para coleta de dados

Para registro do grupo focal, foi utilizado o recurso audiovisual dos membros voluntários da Câmara Técnica do Terceiro Setor, pois esse instrumento, de acordo com Gil (2009), permite que o entrevistador explore, ao longo do percurso, relações de pontos de

interesse, ao mesmo tempo sem relação fixa de perguntas, frente à singularidade e o fenômeno estudado e a flexibilidade que exige para tal, dessa forma, com o objetivo de investigar as percepções dos voluntários.

Já em relação aos membros voluntários da Câmara Técnica do Terceiro Setor, o conteúdo do grupo focal explorou as percepções dos membros acerca do processo de implementação e execução da Câmara Técnica, com o objetivo de identificar sua estrutura e funcionamento e descrever seus processos, possibilitando encontrar pontos de divergência e convergência no desenvolvimento interno da Câmara Técnica, e entre a Câmara Técnica e as OSC, além de buscar informações de alterações da configuração, problemas e as formas de resolução destes. Essa etapa teve caráter de desenvolvimento longitudinal, pautado por coletas em um encontro realizado no dia 25 de junho de 2022, com duração de 1h37min, em sala locada para tal finalidade no município de Sacramento/MG.

Simultaneamente, foi utilizado, durante o ano de 2020, nas reuniões e trabalhos desenvolvidos pela CTTS, o roteiro de observação e diário de campo que orientaram os registros das percepções acerca da Câmara Técnica, e que, segundo Freitas e Pereira (2018), proporciona que o expectador deixe de ser inseto ao fenômeno estudado, colocando-se na posição de sujeito envolvido na questão. Dessa forma, para uma observação planejada, as categorias de análise do objeto de estudo foram construídas *a priori*, ou seja, orientadas por meio de um roteiro de observação que priorizou aspectos e situações representativas e relevantes para os sujeitos em observação (CANO; SAMPAIO, 2007).

4.4 Local e situação

O grupo focal realizado com os membros voluntários da Câmara Técnica foram realizadas presencialmente, na sede da Associação Comercial e Empresarial de Sacramento (ACE), em sala locada para este fim, no dia 25 de junho de 2022, às 19h00, com duração de 1h37min, momento gravado, sendo realizadas a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O diário de campo foi utilizado durante todas as atividades da CTTS em que a pesquisadora esteve como voluntária do projeto, que variaram entre a sede da ACE de Sacramento e demais instituições participantes do programa Sacramento 2025 - Cidade Empreendedora. Devido ao período de isolamento social imposto pela pandemia causada pelo Covid-19, a maioria das atividades da CTTS foi realizada em ambientes virtuais, utilizando a plataforma Zoom e GoogleMet, com formato de reuniões e grupos de trabalho.

4.5 Descrição dos procedimentos de coleta de dados

A abordagem para o agendamento do grupo focal foi feita mediante contato telefônico, já que a Câmara Técnica possui um grupo com todos os contatos dos voluntários no aplicativo Whatsapp. Nesse contato, foram salientados os objetivos do grupo focal e demais dúvidas que os membros apresentaram, a fim de que estes fossem esclarecidos sobre a finalidade da aplicação do instrumento, bem como a utilização dos dados coletados.

Antes da aplicação do grupo focal, em local e horário agendado, foi lido, juntamente com os membros, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, evidenciando que a entrevista seria gravada por meio da função de “gravador de voz” de aparelho de smartphone e por imagem, utilizando a câmera de notebook. Somente após todas as dúvidas sanadas e o termo assinado, deu-se início ao grupo focal. Posteriormente, foi realizada a transcrição dos dados, no caso, da gravação do áudio e observações anotadas sobre as imagens gravadas.

Simultaneamente a essas etapas, ocorreram os registros de observação no diário de campo, previamente organizados em roteiros que exploraram os aspectos relevantes para a apreensão do fenômeno. Esses registros foram transcritos em planilhas e classificados por data, tipo de ação, participantes e principais impressões.

5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados foram diversos, de fontes variadas e em diferentes períodos, desenhando o caráter longitudinal. Visando a organização, o norteamento e a qualidade do estudo, o tratamento e análise de dados foram realizados em todas as etapas da pesquisa. Para a profundidade da compreensão dos dados, adotou-se a análise de conteúdo, técnica que exige “dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias” (MOZZATO; GYZYBOVSKI, 2011, p. 732), partindo do pressuposto de que, por trás de um discurso aparente, simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar (GODOY, 1995).

Essa abordagem de análise de dados foi utilizada mediante às particularidades do fenômeno, objeto do estudo em questão, a partir do momento em que os dados coletados foram resultados do grupo focal, que explorou as percepções dos atores sociais envolvidos. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo prevê as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, por meio de inferência e interpretação. Dessa forma, pretendeu-se que todos os objetivos do estudo sejam alcançados mediante à execução dessas fases.

A organização das transcrições das gravações do grupo focal aplicado aos membros da Câmara Técnica, material produzido para a identificação das percepções sobre a estrutura/funcionamento da Câmara Técnica, ocorreu por meio de formato informal, de forma livre, em que os voluntários estavam à vontade para compartilharem suas impressões. De forma que os dados coletados que fossem somente referentes à CTTS, elencou-se, em primeiro momento, as seguintes temáticas a serem tratadas durante o encontro: (1) criação da CTTS; (2) motivação em se voluntariar no projeto; (3) percepções sobre o desenvolvimento da CTTS; (4) sobre seu encerramento, de forma que possibilitou compreender como os voluntários apreenderam o fenômeno em questão, que foi utilizado para o estudo, seguidamente da formulação de hipóteses sobre o conteúdo.

Posteriormente, a exploração do material ocorreu via codificação dos dados, ou seja, buscou identificar as unidades de registro, no caso, enunciações referentes à participação social e captação de recursos dentro da sua unidade de contexto, provenientes das falas dos membros do grupo focal. Para a categorização, agrupou-se as unidades de registro em categorias, de acordo com as questões/problemáticas identificadas no conteúdo, buscando a generalização analítica (MOZZATO; GYZYBOVSKI, 2011).

A discussão dos resultados ocorreu sob a luz dos autores que produzem conhecimento

científico nas áreas de gestão e captação de recursos no Terceiro Setor, como Grau (1998), Bresser-Pereira e Grau (1999) e Coelho (2002), bem como demais autores identificados no decorrer do estudo. Após a conclusão, pretende-se a elaboração do produto, uma cartilha que proponha o planejamento e a implementação de uma câmara técnica do terceiro setor, de modo que possa ser reaplicada e executada em outros municípios.

6 A CÂMARA TÉCNICA DO TERCEIRO SETOR

O projeto Câmara Técnica do Terceiro Setor surgiu a partir do Programa Sacramento 2025 - Cidade Empreendedora, da Associação Comercial e Empresarial de Sacramento. Porém, antes da apresentação das etapas de planejamento, desenvolvimento e encerramento da tecnologia social, faz-se necessário o retorno ao cenário, contexto e atores sociais que antecederam e influenciaram sua criação, para condições de análise e compreensão dos processos que culminaram na construção do programa.

A Associação Comercial e Empresarial de Sacramento (ACE), em 2018, estabeleceu diálogo com a Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Minas Gerais (Federaminas) para a implantação do Programa Pró-Município, criado para alavancar o desenvolvimento local por meio da integração de esforços dos agentes públicos, privados e sociedade civil, em busca do equacionamento dos problemas enfrentados pelas comunidades. (FEDERAMINAS, 2016).

O programa Pró-Município se trata de uma iniciativa da Federaminas, inspirada nas experiências de democracia participativa desenvolvidas em Essen, na Alemanha, e Medellín, na Colômbia (FEDERAMINAS, 2016), baseadas na negociação e conciliação, autogestão, acompanhamento e cooperação, promoção, formação, comunicação, apropriação do território, resultando no produto da participação social como eixo estruturante na política pública, controle social da gestão pública e fortalecimento de processos de planejamento participativo. (MAZO, 2017).

Executado em 26 municípios do estado, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), a seleção de execução em Sacramento se deu tendo em vista a localização geográfica e econômica, rodovias bem pavimentadas, disponibilidade abundante de água e solos férteis (ACE, 2017).

As etapas do programa preveem a sensibilização da comunidade por meio de palestras e diagnóstico situacional junto aos atores sociais, seguida pelos esforços na constituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE) com a composição de Câmaras Técnicas direcionadas a cada eixo de atuação, definido de acordo com as demandas prioritárias apresentadas pelos setores público, privado e sociedade civil. Por fim, a elaboração de planejamento estratégico para o desenvolvimento local com metas de curto, médio e longo prazo.

Em Sacramento, após a implantação do programa, o anterior Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial, que atuava de forma fragmentada às demais áreas de

desenvolvimento econômico, foi extinto, dando lugar ao CMDE, por meio da Lei Nº 1.574, de 11 de abril de 2018, que “dispões sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico” (SACRAMENTO, 2018, s. p.).

Após recente consulta à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Turismo, verificou-se o não cumprimento do disposto no Art. 3º, alínea I - “Elaborar o seu regimento interno e encaminhá-lo ao Chefe do Poder Executivo para a devida aprovação, por meio de Decreto” (SACRAMENTO, 2018, s. p.), encontrando o CMDE sem vigência de regimento interno até o presente momento e, conseqüentemente, ausência de explicitação da estrutura administrativa, limites das unidades orgânicas, normas e regulamentação, níveis hierárquicos, respectivas competências e os relacionamentos internos e externos (GOVERNO DISTRITO FEDERAL, 2015).

Apesar dessa ausência de regulamentação, foram desenvolvidas, em 2018, três Câmaras Técnicas temporárias para discussão, análise, avaliação, proposição e/ou revisão de matérias específicas, objetivando subsidiar as decisões a partir das demandas apresentadas pelos membros. As Câmaras Técnicas criadas foram, respectivamente: “Capital Humano”, que visava desenvolvimento da Educação para suprir a falta de mão de obra qualificada; “Turismo”, para o fomento das atividades do setor e fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); “Terceiro Setor”, para apoio e incentivo às Organizações da Sociedade Civil.

Mesmo com a junção de esforços para a implantação do Pró-Município, o programa não teve continuidade. Os motivos apontados têm por suposição a centralização do poder de tomada de decisão no agente público; a não aplicação do próprio regimento interno, que resultou em assimetrias na participação e desarticulação dos membros. Para análise dos fatos, faz-se necessário o aprofundamento das investigações acerca dos processos realizados nesse período, como acesso e consulta de atas de reuniões e publicações no Diário Oficial do município.

Atualmente, no CMDE, a discussão de pautas ocorre em torno da deliberação de incentivos econômicos e estímulos fiscais, como pagamento de aluguel de imóveis para sediar estruturas de produção de empresas, doação de material de construção para pequenas, médias e grandes empresas (Diário Oficial).

Na tentativa de prover a continuidade do programa de forma independente, em 2019, a ACE tentou alocar o Pró-Município na esfera do terreno associacional. Em manobra ao impedimento legal, optou-se por desenvolver seu próprio Planejamento Estratégico de forma

que oferecesse diretrizes para o impulsionamento de iniciativas que contemplassem os objetivos visados pelos eixos de atuação das Câmaras Técnicas temporárias até então do CMDE.

O primeiro passo dado foi a contratação de profissionais técnicos para elaboração do Planejamento Estratégico da ACE. Estes foram selecionados por indicação de empresa no ramo de laticínios na região, na qual realizaram um Censo Social do município com o objetivo de fomentar as ações de Responsabilidade Social Corporativa da empresa. A partir da mobilização da ACE junto a diferentes setores - empresariais, conselhos municipais, servidores públicos e terceiro setor, surgiu a decisão pela criação do Programa Sacramento 2025 - Cidade Empreendedora.

Na primeira reunião para apresentação da proposta, representantes da empresa de laticínios disponibilizaram os dados do Censo Social de Sacramento à ACE, para que, a partir dele, direcionassem as ações realizadas junto à comunidade. O Censo Social buscou evidenciar aspectos educacionais, sociais, culturais, econômicos, do esporte e lazer, turismo, saúde, infraestrutura e meio ambiente. Além de mapear a gestão pública, os conselhos municipais e as OSCs, ainda propôs realizar o balanço de forças e vulnerabilidade do município, as linhas de atuação em Responsabilidade Social e as fontes de recursos e parcerias disponíveis.

Nessa reunião, foram levantadas pelos participantes demandas organizadas por área, classificadas no quadro abaixo:

Tabela 1 - Demandas identificadas no mapa mental executado na primeira reunião do programa

Área	Demandas identificadas pelos atores
Educação	• Acesso à educação técnica e superior • Conhecimento sobre Cidadania
Saúde	• Prevenção contra uso de drogas
Economia	• Geração de emprego e renda • Incentivo ao empreendedorismo • Desenvolvimento do Turismo • Acesso ao crédito

Continua...

Continuação

Área	Demandas identificadas pelos atores
Meio ambiente	• Gestão de resíduos sólidos • Uso de energia limpa • Cidade mais arborizada
Planejamento urbano	• Abastecimento de água • Revisão do Plano Diretor Municipal • Abandono e maltrato de animais
Social	• Inclusão social de idosos • Combate à violência contra mulher
Cultura	• Promoção da cultura

Fonte: Autoria própria.

A fim de garantir a sustentabilidade econômica do programa, o mapeamento das demandas foi levado ao conhecimento dos empresários locais, também convidados a comporem o Grupo Executivo, instância consultiva e deliberativa do programa. Ao todo, 18 empresas aderiram ao programa e sua participação se deu por meio de um sistema de pagamento de cotas com valores definidos de acordo com o porte da empresa classificada em P (Pequena), M (Média) e G (Grande), segmentadas pelas categorias Indústria, Prestadora de Serviço e Comércio.

O pagamento era realizado mensalmente pelo prazo mínimo de 6 meses. Conforme o valor da cota, havia concessão de benefícios às empresas com o direito a indicar até 2 representantes para comporem os Grupos de Trabalho dos eixos de atuação do programa; participação em eventos sobre os ODS; consultoria de introdução ao tema Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e para análise e introdução a ações práticas de RSC.

Após adesão dos membros, realizada em fevereiro de 2019, o Grupo Executivo se reuniu em Plenária Geral mensalmente. No primeiro encontro, foram selecionadas as pautas prioritárias, sob a perspectiva do grupo, que promoveriam o desenvolvimento local, além da definição dos eixos de atuação do programa Sacramento 2025. Em deliberação, manteve-se os respectivos eixos propostos anteriormente no CMDE: “Capital Humano”, “Turismo” e “Terceiro Setor”, este último percebido pela instância como área de maior potencial para a solução dos problemas locais apontados na tabela 1.

A partir dos direcionamentos desenhados, iniciaram-se, no primeiro semestre de 2019,

as atividades concernentes a cada eixo de atuação, por meio de Grupos de Trabalho compostos por profissionais do setor público, privado e não-estatal.

O Grupo de Trabalho desse eixo era composto por representantes da empresa de laticínios, empresas do ramo de agronegócio, escola de ensino infantil, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, comércio, Secretaria Municipal de Saúde, Centro de Assistência Social e do abrigo institucional. Dedicaram-se à estruturação de plano de ação para a promoção de qualificação da mão de obra com foco no fomento da educação de qualidade no município.

Sacramento/MG possui, ao todo, 15 escolas distribuídas em ensino primário, fundamental, médio e técnico. Entre elas, 7 são escolas municipais (3 estão localizadas na zona rural), 6 estaduais e 2 particulares, além de duas creches municipais e 3 conveniadas (INEP, 2017). Uma das metas do ODS 4 - Educação de Qualidade, que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, é promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A primeira ação do GT foi o levantamento das demandas relacionadas à educação - do ensino infantil ao ensino superior - junto aos profissionais de educação e dirigentes de algumas instituições educacionais locais, por meio de rodas de diálogo. Destacaram-se como problemas a serem solucionados a carência de vagas em creches para crianças de 0 a 3 anos; a ausência de laboratórios equipados na escola técnica e a necessidade de participação dos jovens, inclusive, no próprio GT de Capital Humano.

Com intenção de mapear a disponibilidade de mão de obra no mercado, aplicou-se Pesquisa de Necessidades junto às empresas, OSCs e estudantes do ensino superior, para identificação da mão de obra qualificada disponível e os anseios dos estudantes sobre o mercado de trabalho. O questionário também explorou questões sobre habilidades específicas relacionadas a cada negócio; a demanda por Jovens Aprendizizes nas organizações; processos de recrutamento e seleção adotados. Ao todo, participaram 186 universitários, 23 empresas e 5 OSCs.

O GT do eixo Turismo direcionou esforços para o levantamento da relação de atrativos turísticos naturais e turísticos culturais do município, suas respectivas infraestruturas de acesso e atendimento ao cliente, bem como o mapeamento de negócios relacionados à hospitalidade. Localizada na região do Triângulo Mineiro, Sacramento/MG faz parte do Circuito da Canastra, por compor territorialmente o Parque Nacional da Serra da Canastra. Além da diversidade de atrativos naturais, é considerada o berço da civilização do Brasil Central - Desemboque, distrito de Sacramento/MG, de valor histórico cultural, com igrejas de

estilo barroco datadas do início do século XVIII.

De expressivo turismo religioso, o município tem como marco o primeiro colégio espírita do Brasil, o Colégio Allan Kardec, fundado por Eurípedes Barsanulfo, que desenvolveu originalmente a Pedagogia do Amor, inspiração para José Pacheco para criação da Escola da Ponte, em Portugal.

Posteriormente à etapa de levantamento da relação de atrativos, ocorreram os primeiros esboços de roteiros e rotas elaborados pelos empresários do ramo hoteleiro, guias turísticos e a gestão de turismo e cultura do município, com o objetivo de transformá-los em produtos turísticos viáveis e, conseqüentemente, geração de emprego e renda. Para engajamento da população, criou-se um calendário com as principais datas festivas e também um levantamento de oportunidades de qualificação profissional em áreas relacionadas ao turismo.

Com objetivo de compreender a composição do setor no município, ou seja, quais são os atores principais, o papel que desempenham, os projetos e ou ações em andamento e o perfil documental, a ACE convidou vinte e cinco OSCs locais para se reunirem e apresentarem suas demandas ao programa. A principal dificuldade expressada foi o desafio em criar a sustentabilidade econômica das organizações, pois as campanhas solidárias e arrecadações pontuais mostram-se insuficientes. Dessa forma, o GT do Terceiro Setor traçou como objetivo ampliar a atuação das OSCs no município, por meio de sua profissionalização, especificamente, na área de captação de recursos para promoção da sustentabilidade econômica da própria organização.

É importante ressaltar que os desafios enfrentados por essas instituições se intensificaram após a publicação da Lei nº 13.019, em 2014, que mais tarde transformou-se na Lei nº 13.204/15, a legislação que estabeleceu o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre as OSC e a Administração Pública, bem como as diretrizes para a política de fomento e de colaboração entre ambas; instituindo o termo de colaboração e o termo de fomento (Lei 13.204/15) e vai de encontro ao ODS 17, que visa o incentivo a parcerias e meios de implementação, tem por meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Com a regulamentação, ocorreram mudanças significativas em todo o sistema de transferências voluntárias de recursos da Administração Pública para as OSCs, como a exigência de planos de trabalho contemplando diagnóstico da realidade que será objeto das atividades, metas mensuráveis, descrição detalhada das atividades a serem executadas, prazo,

indicadores qualitativos e quantitativos, bem como compatibilidade dos custos da concretização do plano de trabalho (CUNHA, 2013).

Com a intenção de melhorar o desempenho operacional e de arrecadação de recursos financeiros dessas organizações, o GT do Terceiro Setor buscou viabilizar conhecimento técnico por meio da capacitação de colaboradores das entidades e conselheiros municipais para a elaboração de projetos sociais, ambientais e educacionais.

A materialização desse anseio iniciou-se com a Oficina de Elaboração de Projetos, realizada em três etapas no mês de abril de 2019, com carga horária de 12 horas. Esse evento contou com a participação de 48 instituições. O conteúdo programático contemplou os tópicos processo de constituição das OSCs (registros, alinhamento prática-estatuto-CNAE); tipos de certificações e isenções; elaboração de projetos (definição de escopo, público-alvo, objetivos, metas, indicadores e plano de ação); mobilização de capital, fontes de recursos, formas de captação; gestão de projetos (controle e prestação de contas); conselhos municipais (legislação, composição, competências e papel do conselheiro).

Paralelamente, as OSCs foram convidadas a aderirem ao programa por meio do Cadastro do Terceiro Setor, que incluía informações como CNPJ, dados dos representantes, local de instalação, despesas operacionais mensais, receitas, programas e projetos em andamento, público-alvo, infraestrutura, recursos humanos, Estatuto Social, atas estatutárias, Inscrição Municipal, registro em conselhos municipais, Auto Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB) e certificações.

Com vistas a promover a continuação do processo de impulsionar o desenvolvimento das OSCs, principalmente as organizações de pequeno porte, em sua maioria acusadas pela falta de recursos e quadro de colaboradores restrito, foi proposta, junto aos participantes das oficinas e dos GTs, a criação da Câmara Técnica do Terceiro Setor (CTTS), com fins de ofertar apoio e suporte técnico às OSCs no que tange à captação de recursos e gestão de projetos, realização de análises e adequações documentais à MROSC, auditoria e auxílio nas técnicas de orçamento e prestação de contas.

A CTTS era composta por vinte e dois membros, profissionais liberais das áreas de serviço social, psicologia, direito, arquitetura, história, medicina veterinária, turismo, administração e contabilidade, que, de forma voluntária, se dispuseram a compor o projeto de acordo com seus conhecimentos e disponibilidade de tempo. De acordo com a Lei do Voluntariado, lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e outras providências, o voluntariado é atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha

objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Ao profissionalizar os processos de gestão e captação de recursos, o intuito do projeto da CTTS era proporcionar autonomia e emancipação às OSCs, de forma que desenvolvessem condições para a continuidade de suas atividades e até mesmo ampliarem e/ou diversificarem as áreas de atuação de suas políticas sociais, de maneira mais eficiente e eficaz. Para conseguir ofertar o suporte necessário, a CTTS foi estruturada em cinco comissões.

A Comissão de Análise de Conteúdo, composta por cinco membros das áreas do Direito, Psicologia, Turismo e Administração, que era responsável por analisar e revisar os conteúdos dos projetos elaborados pelas OSCs, de forma que verificassem o atendimento a todos os itens da estrutura base, checagem sobre o uso da metodologia recomendada durante as oficinas, analisar e corrigir questões gramaticais e de ortografia, avaliar a lógica das informações apresentadas no corpo do texto.

A Comissão de Editais, também chamada por grupo dos “perdigueiros”, era composta por nove membros das áreas de Psicologia, Arquitetura, História, Serviço Social, Medicina Veterinária, Contabilidade, Turismo e Administração, que eram responsáveis pela etapa de mobilização de capital nacional e internacional, privado ou público, por meio de pesquisas de editais em diferentes plataformas, mais frequentemente, na Prosas. Também verificavam a aderência dos projetos elaborados pelas OSCs aos requisitos exigidos nos editais.

A Comissão de Análise Documental era composta por três membros das áreas de Direito e Psicologia, responsáveis pela análise e avaliação documental das OSCs com base nas exigências da MROSC, para adequação e condições de participarem de seleções de editais e, até mesmo, subvenções. No caso de inconsistência na documentação apresentada, os representantes e dirigentes eram orientados acerca das medidas a serem tomadas para resolução.

A Comissão de Orçamento e Prestação de Contas, composta por 4 membros das áreas de Psicologia e Contabilidade, visava dar atendimento sobre questões orçamentárias, principalmente, aos projetos em condições de participarem de processos de seleção em editais, também promovia atendimentos para auxílio na elaboração de orçamentos e prestação de contas, bem como verificação da coerência orçamentária conforme as especificações nos editais.

Na literatura, constata-se a necessidade do Terceiro Setor de instrumentos aperfeiçoados, para maior aderência às práticas contábeis e mecanismos de controle que possibilitem apresentar e informar melhor os usuários/doadores sobre a utilização de recursos. É possível perceber que o maior interesse dos financiadores e demais usuários das instituições

do Terceiro Setor concentra-se nos destinos dos recursos recebidos por essas entidades, não só pelos efeitos sociais, mas, sobretudo, pela influência e participação que têm essas organizações no desenvolvimento da sociedade. Além disso, observa-se nas instituições a não percepção da importância da prestação de contas e transparência desse setor. Nesse sentido, algumas instituições apresentam grandes dificuldades quanto à captação de recursos para a manutenção de suas atividades, comprometendo a sua manutenção e continuidade.

Por fim, a Comissão de Auditoria e Acompanhamento de ODS, composta por quatro membros das áreas de Psicologia, Medicina Veterinária, Turismo e Direito, que era incumbida por realizar o acompanhamento da execução do projeto após contemplação de recursos e aporte financeiro, por meio de visitas técnicas *in loco*, análise de metas alcançadas e emissão de relatórios, além de verificar os impactos das ações para o alcance dos ODSs.

7 RESULTADOS

As Oficinas de Elaboração de Projetos geraram um banco de projetos, também chamado de “incubadora”, com o total de quarenta projetos sociais, educacionais, ambientais e de saúde. Para o andamento das atividades do Eixo do Terceiro Setor, realizou-se a capacitação dos integrantes da CTTS. Após a conclusão das capacitações da CTTS no segundo semestre de 2019, houve a elaboração e aprovação do Regimento Interno do programa que incluiu junto ao Grupo Executivo, de instância consultiva e deliberativa, passando a compor também a Diretoria da ACE, o Departamento de Recursos Humanos e Responsabilidade Social, o Grupo Executivo, a Consultoria, Grupos Temáticos e a Câmara Técnica.

Em reunião dos voluntários, subsequentemente, houve a formalização da participação das OSCs e dos membros da CTTS por meio da assinatura de termos de adesão, a instrução e validação dos procedimentos internos de cada comissão para o bom funcionamento da CTTS em relação às atividades do programa e definiu-se o fluxograma e o organograma do projeto.

No primeiro semestre de execução do programa, foi investido, exclusivamente por meio de recursos privados, o total de R\$ 98.596,70 (noventa e oito mil quinhentos e noventa e seis reais e setenta centavos), advindos de investimentos dos empresários do Grupo Executivo e alocados para o pagamento de despesas de consultoria.

Em novembro de 2019, a Comissão de Editais identificou edital de recursos privados de empresa de geração de energia que abarcava cinco municípios nos quais usinas hidrelétricas estavam instaladas. Posto o organograma da CTTS em ação, foram inscritos cinco projetos da “incubadora” do programa. A comissão de Editais realizou todo o processo de inscrição. Após a divulgação do resultado, das cinco, três instituições foram selecionadas, totalizando o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) para aquisição de materiais. Um dos três projetos contemplados foi a própria CTTS, que adquiriu notebooks, impressoras, tablets e data show para a execução das atividades dos voluntários.

No final do mesmo ano, iniciou-se a transição de gestão da ACE com a composição de novos dirigentes. De acordo com as atas, a proposta de Plano Estratégico de 2020 teria caráter mais robusto e a criação do departamento de Recursos Humanos e Responsabilidade Social, em que permaneceria alocada a gestão do programa. As alterações de estratégias foram a Educação para o empreendedorismo e a conduta norteadora de Responsabilidade Social compartilhada com o intuito de somar esforços e compartilhar recursos, com foco na realização de projetos por meio das Leis de Incentivo e realização de Campanha de Doação

do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Pessoa Física.

Com as medidas preventivas na Pandemia em 2020, as atividades da CTTS ficaram totalmente suspensas durante o primeiro semestre. Posteriormente, adotou-se a tecnologia de comunicação remota, na tentativa de garantir a continuidade dos trabalhos, porém com baixa frequência e adesão dos voluntários.

Frente aos impactos causados pelo Covid-19, poucas ações foram desenvolvidas no programa. Sem a participação dos membros dos GTs e voluntários, há registros em atas acerca de articulação da ACE para o desenvolvimento e qualificação de mão de obra em parceria com a Escola Técnica do município, junto à Secretaria Estadual de Educação, Sesi/Senai, Sebrae, Senac, Sest/Senat, Sindicatos entre outros. Sobre o Eixo de Turismo, também não houve participação dos membros do GT e voluntários em ações, mas há registros de articulação entre ACE e a Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura sobre o Plano Municipal de Turismo, bem como união de esforços para prover formação de mão de obra específica ao setor.

Há também registros acerca de articulação junto ao Sindicato dos Produtores Rurais de Sacramento com pretensão de evoluir as atividades iniciadas em 2019 na área rural, voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo, da agricultura familiar, dos arranjos produtivos alinhados à vocação da comunidade, levantamento de dados e oportunidades ligadas ao agronegócio do município.

Com base na pesquisa de necessidade de mão de obra no município, houve diálogo com Escola Técnica Carolina Maria de Jesus e Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, no sentido de firmar instrumento de cooperação para direcionar as atividades da escola para as reais necessidades de qualificação. Após a obtenção de aval do órgão, iniciaram-se as negociações com a FIEMG Regional Vale do Rio Grande (Uberaba), por meio do SENAI, para auxílio nas demandas específicas dos laboratórios técnicos para os cursos na escola técnica.

O programa adquiriu, nesse período, Plataforma de Comunicação e Gestão de Projetos, com vistas à possibilidade de organizar e gerenciar as atividades da CTTS, concentrando somente em um local para agilização do processo de comunicação. Para o treinamento do uso dessa plataforma, foram convidados os colaboradores da ACE, abstendo a participação dos voluntários da CTTS, o que causou descontentamento por parte dos seus membros e abertura para questionamentos sobre a finalidade de uso da plataforma.

Durante visitas técnicas, observou-se que todos os equipamentos adquiridos por meio de edital de uso exclusivo da CTTS estavam sendo utilizados para atividades da ACE não

ligadas ao programa, ação que provocou desconforto nos voluntários, pois, quando necessário, se encontravam sem a disponibilidade da estrutura de suporte.

Há o registro, em junho de 2020, de solicitação de desligamento de um voluntário da CTTS e da associação com a ACE. Esse mesmo voluntário, em consulta às listas de presença, foi o mais assíduo na realização das atividades em todo o período de vigência do projeto.

No mesmo ano, ocorreu a criação de um quarto Eixo no programa - Mulheres Empreendedoras, com objetivo de fomentar o empreendedorismo entre as mulheres. Esse grupo era formado, exclusivamente, por empresárias, e as pautas giraram em torno da união de esforços para emancipação da mulher por meio da promoção de Educação Financeira, prevenção em saúde mental e preparação para o mercado de trabalho.

A partir desse eixo, emergiu o projeto de Abrigo Institucional para mulheres vítimas de violência doméstica, em parceria com o setor público e judiciário, e implantação de comitê gestor com a participação de dois membros da câmara técnica. O mesmo projeto foi inscrito pela consultoria em edital de fomento de empresa privada e contemplado. Porém, com a saída do judiciário da composição do projeto e a frágil situação financeira da ACE, este foi suspenso e o aporte devolvido à empresa.

No segundo semestre de 2020, antecedendo o período de eleições, um dos voluntários da CTTS demonstrou intenção de uma possível candidatura a vereador com plano de propostas ligadas ao desenvolvimento sustentável local e buscou apoio do grupo. Porém, os membros, apresentando sinais de desarticulação, não consolidaram apoio e a ACE já demonstrava apoio a outro possível candidato.

Uma das pautas que a ACE vinha posicionando em voga nos espaços de voz foi a necessidade de desmembramento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do Turismo e Cultura em duas secretarias para foco no desenvolvimento econômico do município. Supõe-se que, pela mobilização expressa pelo programa, o presidente da ACE foi convidado a agir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, de forma que ampliasse as demandas do setor comercial e empresarial.

Junto à saída do presidente e vice-presidente em 2021, nova direção se tornou vigente. Segundo relatório de prestação de contas, o total de investimento em 2020 foi de R\$69.504,00 (Sessenta e nove mil quinhentos e quatro reais) e as despesas do programa resultaram em R\$ 104.554,38 (cento e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e oito centavos). Assim, a ACE retirou de seus recursos próprios o montante de R\$ 35.050,38 (trinta e cinco mil cinquenta reais e trinta e oito centavos), o que a deixou em situação de vulnerabilidade financeira. Por esses motivos, de acordo com comunicado

publicado em imprensa, em janeiro de 2021, ocorreu a suspensão do Programa Sacramento 2025 e da CTTS.

Conforme visto no capítulo 1, o aparelho estatal público sob enfoque sociocêntrico remete a metodologias de trabalho participativas na gestão, formulação e avaliação das políticas públicas e controle dos cidadãos. Os eixos da reforma da administração devem ser as dimensões político-culturais, sendo uma delas a apropriação do Estado pelos interesses privados. Para isso, é necessária a reforma da institucionalidade econômica e reforçar a institucionalidade da representação política e social.

Dessa forma, é importante potencializar os meios não-convencionais que os sujeitos sociais podem arbitrar para participarem diretamente na conformação da vontade política para ampliar a publicização dos processos de adoção de políticas e decisões do Estado. A força do Estado implica a força da sociedade, do tecido social, e as instituições devem servir ao propósito de promover as interações dos indivíduos a partir de si mesmos.

Os processos de globalização e tecnificação, além de aumentarem a necessidade de inovação e adaptação, exigiram eficácia do Estado. O desenvolvimento de altos níveis de complexidade e incerteza dos cenários conotaram a descentralização político-administrativo, o deslocamento do protagonismo da gestão pública, do nacional para o local, o que levou a uma diversificação de atores que transcendem as fronteiras estatais.

Essa fragmentação do poder fez com que o Estado repensasse suas estratégias para manter a integração social, em tentativa de separar as atividades de regulação, prestação e promoção no aparelho estatal e introduz os problemas da distinção entre política e administração e das condições e requisitos da subsidiariedade, bem como da complementaridade entre Estado e sociedade, na gestão pública.

A conformação de um tecido associacional na sociedade, comprometido com o fortalecimento da democracia, inclusive em seu interior, é condição do desenvolvimento da institucionalidade de representação social, cujas práticas fundamentam-se na solidariedade e traduzem na constituição de âmbito públicos voluntários de inter-relação social, capaz de auto-organizar-se para a satisfação de necessidades coletivas.

As associações espontâneas são os atores chaves do espaço público democrático, especializadas na geração e propagação de convicções práticas, descobrir temas relevantes para o conjunto da sociedade e contribuir com soluções aos problemas, se consolidando em prática pública da qual provém o poder comunicativo e de estrutura autorreferenciada.

O programa Sacramento 2025 - Cidade Empreendedora teve como propósito inicial o que Grau (1999, p. 17) definiu por “núcleo de um espaço público democrático que, ao agir

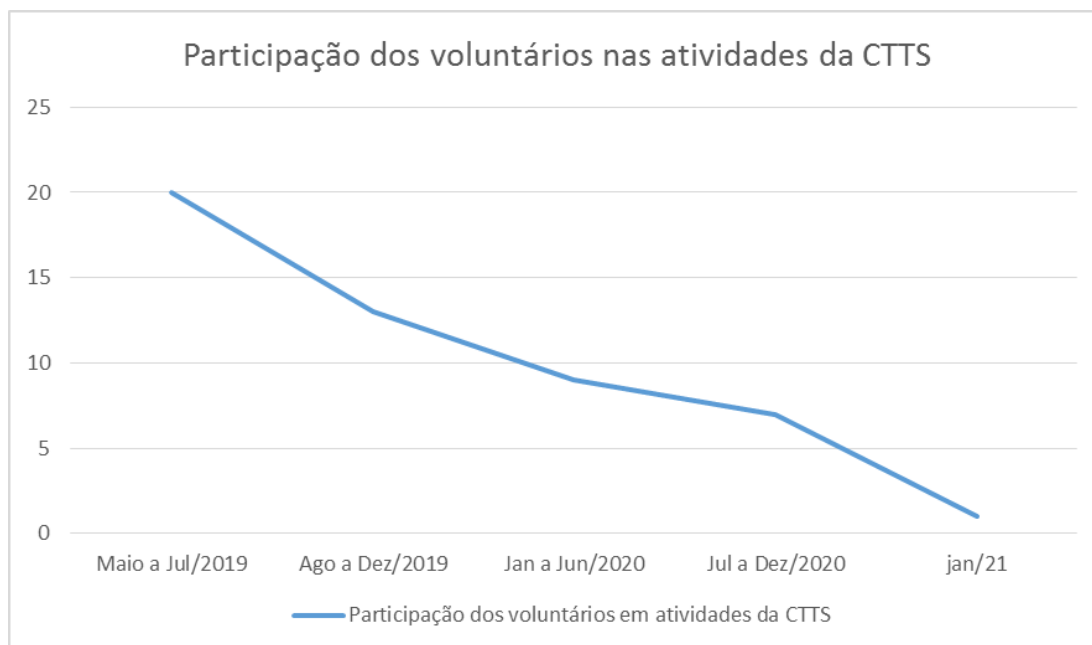
como caixa de ressonância dos problemas da sociedade e formulá-los de modo convincente e persuasivo, obriga o sistema a assumi-los e a processá-los”, por levar a cabo uma série de articulações, projetos, parcerias para resolução das demandas emergidas durante os encontros dos eixos de atuação, se consolidando em uma instância de representação, negociação e interlocução social.

O exemplo foi a consolidação do banco de projetos advindos das demandas dos grupos, com a apresentação de justificativas condizentes com sua realidade, e incorporando a função de caixa sensora da administração pública em relação às demandas e necessidades sociais. O diálogo e a escuta, o fortalecimento de capacidades acumuladas das comunidades, o apoio mútuo, a mobilização de novas iniciativas, o desenvolvimento de capacidades por meio das oficinas, a comunicação de pretensões junto ao setor privado, institucionais e sociais, tornaram o vínculo dos membros alinhados ao seu território.

A democratização da sociedade é condição para a democratização do Estado, e a democratização das instituições políticas e da sociedade são processos interdependentes nos quais é chave a ampliação das possibilidades de realização do que concerne a todos e interessa a todos: o público. A ampliação da esfera pública e a recuperação de sua função política são processos que somente podem ser desencadeados a partir da sociedade. A CTTS ampliou a representatividade política de seus membros, por via do pluralismo, característico pela diversidade de classes trabalhistas e pelos momentos em que podem invocar as demandas em deliberação pública, como no caso, da seleção dos projetos em editais de recursos privados.

Apesar dessas conquistas, durante todo o período de execução da CTTS, houve variações na frequência e participação dos voluntários nas atividades realizadas no programa, porém é evidente a tendência de queda, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Participação dos voluntários nas atividades das CTTS, de 2019 a 2021



Fonte: Autoria própria.

No diário de campo, observou-se formações discursivas de agentes enunciadore vivenciando relações conflituosas com a organização. Faz-se necessário aprofundar as investigações acerca das incongruências entre os atores, por meio de aplicação de entrevistas semi-estruturadas junto aos voluntários.

São base na esfera pública as associações e movimentos sociais que promovem temas públicos e confrontam com fontes de dominação, bem como realizam os princípios de publicização nas suas próprias práticas e implicando a interconectividade organizacional. O Programa Sacramento 2025 - Cidade Empreendedora, ao objetivar o desenvolvimento sustentável -econômico, social e ambiental - ter sido suspenso e, subsequentemente, encerrado por motivos de insustentabilidade financeira do próprio projeto, oferece indícios de pontos falhos na gestão do programa.

A contratação externa de serviços supõe riscos na medida em que os sujeitos privados, no caso, a consultoria, não estão sujeitos às mesmas regras e procedimentos da ACE e, consequentemente, ao conselho e diretoria, gerando o contraponto na gestão das ações, com tom corporativo voltado a resultados para o mercado. A cidadania corporativa como uma relação de poder em que cabe aos diferentes agentes negociar os interesses próprios com as corporações.

A institucionalidade de participação social, conformada pelas associações, se baseia em relações horizontais de reciprocidade e cooperação voluntárias, além de compromisso

cívico. A cooperação voluntária dos atores sociais está associada ao grau de horizontalidade na tomada de decisão nas instituições formais.

Segundo Coelho (2002, p. 59), é preciso não confundir “coletivo” e “público”. O autor aponta que nem todas as organizações do terceiro setor possuem fins públicos. Podem haver grupos de cidadãos que se associam para objetivo comum que visam a eles próprios, “que não tem a pretensão ou a obrigação de atender a um interesse comum da sociedade e, portanto, que não estão voltados para o bem comum ou para a chamada utilidade pública.” (FRANCO, 1997, p. 6).

Quanto ao caráter homogêneo do Grupo Executivo, ao definir os eixos de atuação a partir da sua perspectiva de realidade e demandas, faz-se necessário interrogar sobre o alcance da intervenção privada na administração da coisa pública e o crescente deslocamento de tarefas públicas para esfera privada. A ideologia da responsabilidade social ultrapassa as fronteiras do discurso hegemônico da importância da ética na condução dos negócios, situando-se em um contexto de relações de poder em que ocorrem conflitos envolvendo dominação e subordinação.

Dá-se a impressão de que apenas o Grupo Executivo de fato era o enunciador de decisão e se encontra em condições de formar opinião capaz de privilegiar os fundamentos da conservação do interesse privado. A democracia associativa, embora favoreça a abertura a outros atores, pode conter um modelo corporativo de política que, levado às suas últimas consequências, interfere com o princípio da igualdade política. Corre-se os riscos de estabelecer privilégios, monopólios a alguns atores políticos - grupos econômicos-chave - discriminando-se outros papéis de representação e elaboração de decisões.

A apresentação pública dos interesses privados, segundo Mazo (2017), viabiliza a triangulação entre associação de interesses (burguesia), partidos políticos e administração pública. O Grupo Executivo tem por opinião pública o interesse da classe dos comerciantes, confundido-se com o interesse geral, com tom de opinião pública e racional, pode ter influenciado para o afastamento dos voluntários do programa, a partir do momento que não representa os anseios das instituições que representam.

De acordo com Grau (1998), a esfera público-burguesa socializa acordos privados, publiciza conflitos privados, universaliza reivindicações e força o reconhecimento de alteridade. Supõe-se que o programa com as mudanças de gestão tenha ganhado mais espaço para assumir um caráter de liberalismo conservador, pautado na falta de mediação entre participação e política, tornando as tomadas de decisão restritivas aos GTs dos eixos e aos voluntários, garantindo influência de uma opinião pública minoritária frente às opiniões

majoritárias, mas não dominantes.

Os tratados, adaptados aos acordos sociais modernos de competitividade, meritocracia e alta performance, parecem desarticular a intenção de auto-organização das sociedades, ocorre a desmassificação, o mercado controla socialmente as massas, restabelecendo a responsabilidade individual. Ocorre o mesmo quando as máximas de democracia, coletividade são isoladas da prática e reduzidas à simples expressão de identidade, perdem parte do seu valor e de seu interesse, pela ausência de referencial teórico e aplicabilidade dos contextos, circunstâncias nas quais foram dadas.

O desenvolvimento da sociedade moderna não só está marcado pela separação entre o Estado e a sociedade, entre esfera pública e privada. É interessante como o projeto neoconservador não pretende disciplinar a sociedade-massa, mas, sim, dismantelar as organizações para que o mercado retorne como ordem espontânea.

Apesar de ter partido de um voluntário a proposta de gestão de voluntariado, com objetivo de fortalecer o grupo por meio da melhorias em comunicação, engajamento, atualização de informações, definição de tarefas e até mesmo a celebração dos resultados alcançados, e mesmo com o apoio de todos os voluntários, a consultoria, respaldada pela ACE, recusou a proposta, o que gerou queixas de não transparência nas decisões, de não saber suas reais funções, de não terem claras as tarefas que iriam executar se encontram sem suporte. Além disso, no diário de campo, há enunciados por parte do corpo de colaboradores da associação, sobre queixas de autoritarismo e desrespeito a eles direcionados pela consultoria.

Em expressões de voluntários, apresenta-se um cenário de que a associação entrou em déficit financeiro sem explicações claras, e que nenhum resultado legítimo foi alcançado em dois anos de projeto, mesmo com alto valor investido.

8 AS IMPRESSÕES DOS VOLUNTÁRIOS DA CTTS

Com vistas a identificar as impressões dos voluntários sobre a criação, implementação, desenvolvimento e encerramento da CTTS, foi realizado o grupo focal com a participação de três voluntários. Durante o encontro, foram exploradas diferentes temáticas e, apesar de haver temas pré-estabelecidos, os membros compartilharam impressões e provocaram novos assuntos, dos quais emergiram aspectos até então não identificados no diário de campo e nas observações diretas. Com isso, o processo investigativo que compôs a pesquisa em questão ganhou novos aspectos e mais riqueza ao seu conteúdo.

É importante registrar que, dos seis voluntários convidados, selecionados de acordo com o critério - ser voluntário por no mínimo seis meses na CTTS -, para o grupo focal, cinco confirmaram presença, mas apenas três compareceram ao encontro. Um membro que não foi, no dia seguinte, entrou em contato e se dispôs a compartilhar suas impressões sobre a CTTS em outro dia. Porém, tendo em vista a necessidade de seguir a aplicação da metodologia em grupo para resultados fidedignos, foi impossível coletar os dados posteriormente, junto a esse membro específico.

No momento do convite, alguns voluntários declararam que estavam ansiosos por essa oportunidade de poder compartilhar suas impressões e opiniões sobre o processo da CTTS, visto que a proponente do programa não emitiu nenhuma devolutiva aos voluntários sobre o encerramento do projeto. Percebe-se que essa postura da proponente gerou um mal-estar no corpo de voluntários, pois a sua maioria não sabia por qual motivo a CTTS foi suspensa. A não justificativa aos membros evidenciou aspectos da relação da ACE e os voluntários, pautada, em muitos momentos, pela ausência de diálogo e ruídos na comunicação.

Na análise do diário de campo, é possível identificar que, durante todo o período de execução da CTTS, mesmo dentro da mesma comissão, houve oscilação na realização das atividades por voluntários diferentes. E estes questionavam seguidos de questionamentos sobre os motivos de alguns serem convidados a colaborar na atividade e outros não, a partir do pressuposto de que realizavam a mesma função. A impressão era de que havia disparidade entre os tratamentos por parte da proponente e da gestão junto aos voluntários. Inclusive, houve um episódio em que um voluntário chegou a discutir com colaborador da proponente, pois este não havia providenciado o seu Termo de Adesão, pela terceira vez que solicitava, e outros voluntários já haviam assinado.

Em contextos organizacionais que pretendem desenvolver juntos aos seus colaboradores o voluntariado, é fortemente indicada a implantação da Gestão de Voluntários,

pois a atividade requer diferentes ferramentas e técnicas para a manutenção do engajamento dos participantes, a partir do momento em que as motivações para o trabalho não incluem salários ou bonificações. O gestor tem o papel de apresentar as diretrizes sobre como realizar as atividades propostas e, ainda, se torna a figura referência dos voluntários para tirar dúvidas, organizar o trabalho e até mesmo reportar alguma preocupação ou queixa. Assim, é possível implementar melhorias na atuação, redefinir expectativas e diminuir os ruídos comunicacionais.

De fato, como visto anteriormente, o voluntariado não é atividade que atrai a todos. Há motivos diferentes para que uma pessoa se torne voluntária. De acordo com Medeiros e Souza (2012), essas motivações estão associadas a valores como abnegação, dedicação, amizade, aprendizagem e ambição, a desenvolver uma tipologia para essa atividade, ou seja, motivos altruístas, de interesse próprio e de sociabilidade, mediados por ideais religiosos, afetivos/afitivos, resultantes de sentimentos de culpa ou de obrigação para com o outro, ou ainda, de sentimentos de responsabilidade.

E essa foi justamente a primeira temática a ser explorada junto aos membros do grupo focal, identificar o que motivou a escolha de se tornarem voluntários da CTTS. Todos compartilharam seus motivos: “A possibilidade de incentivar o desenvolvimento da cidade.” (Voluntário 1); “Por acreditar no potencial de Sacramento. Na carência que as associações têm desse auxílio, já que não temos nenhuma secretaria e equipe para elaboração de projetos, nem empresa que faz isso. E a cidade oferece um potencial muito grande.” (Voluntário 2); “Na cidade, não havia ainda um projeto desse tamanho, envolvendo vários eixos. A sociedade civil, o setor público, os empresários. Foi a primeira vez que chegou, de fato, a ter alguma coisa na cidade.” (Voluntário 3).

Outro aspecto ainda sobre as motivações que incentivaram os profissionais a se tornarem voluntários no projeto da CTTS foi a possibilidade de atuação profissional e o desenvolvimento de experiência, como declara: “Uma forma de estar trabalhando na minha área.” (Voluntário 1). Porém, de forma geral, as percepções demonstram o senso de responsabilidade e o anseio em contribuir para o desenvolvimento social e econômico do município, bem como a visão de potencial local.

Sacramento é um município situado na microrregião de Araxá, em Minas Gerais, com 23.894 habitantes, de acordo com o último Censo do IBGE (2010). Além disso, a expectativa de vida dos habitantes é de 77,3 anos. Observa-se cerca de 15,44% da população vulnerável à pobreza, com renda per capita inferior a 255,00 e 1,32% sob o risco de extrema pobreza. A taxa de analfabetismo é de 6,41%, com 24,71% das crianças de 4 a 5 anos fora da escola. O

índice de mortalidade infantil, em 2010, era de 12,01. O percentual registrado de nascimentos entre mães de 10 a 19 anos foi 19,03%. O índice de GINI da renda domiciliar per capita é 0,42 comparado ao estado de Minas Gerais, com 0,56 (DATASUS, 2010).

As principais atividades econômicas do município são a pecuária para produção de leite e industrialização de laticínios, agricultura com cultivo de batata, soja, milho e abacate, além das atividades do turismo ecológico, como a visita à Gruta dos Palhares, a maior gruta de arenito da América Latina e por compor, juntamente às demais cidades, o Circuito do Parque Nacional da Serra da Canastra. Também são relevantes para a geração de emprego e renda as atividades de turismo religioso, sendo o Colégio Allan Kardec a primeira instituição de ensino com fundamentos da pedagogia espírita do Brasil, fundado em 1902 por Eurípedes Barsanulfo, educador mineiro de expressiva influência, inclusive, em José Pacheco, criador da Escola da Ponte em Portugal.

Ao apontar que a prefeitura municipal do município não tem nenhuma secretaria ou comissão que faça o trabalho da CTTS, ou seja, de apoiar as instituições a adequarem suas documentações, elaborarem projetos e captarem recursos, o voluntário traz à luz um dos aspectos da relação Administração Pública e o Terceiro Setor, em que o primeiro é, na maioria das vezes, apenas depositante, por meio de convênios e subvenções; e o segundo o que recebe pela prestação de serviços, ficando a cargo do setor privado ofertar e incentivar a profissionalização das OSCs, por meio do exercício da responsabilidade social empresarial.

Há diversos programas de capacitação do terceiro setor promovidos por empresas privadas, com vistas em melhorar a qualidade dos projetos que serão submetidos aos seus editais de doação. Ou seja, é de interesse do setor privado que realiza doações às OSCs pelas Leis de Incentivo Fiscais estaduais e federais, interpretadas como renúncia fiscal, que as organizações do terceiro setor estejam profissionalizadas e capacitadas a executarem projetos e serviços que tenham impactos positivos na comunidade onde atuam.

A CTTS nasce a partir dessa lacuna, da falta de profissionalização das OSCs e das suas dificuldades em acessar recursos financeiros por meio de editais de doação de empresas privadas; recentemente, também, de verbas parlamentares no mesmo formato, em edital. As associações de médio e grande porte, geralmente, têm em seu quadro de colaboradores um profissional ou equipe/setor responsável pela elaboração e inscrição de projetos socioambientais da instituição. Porém, as instituições menores, como as associações de moradores de bairro, geralmente, não possuem recursos para manter um profissional ou até mesmo contratar uma consultoria. Dessa forma, possuem dificuldades em acessar os recursos financeiros disponibilizados por meio de editais e enfrentam dificuldades na manutenção de

suas atividades e projetos.

Uma das estratégias da CTTS para conseguir resultados positivos ao inscrever projetos em editais públicos e privados foi a proposta da “incubadora de projetos”, ou seja, de apoiar as instituições na elaboração de projetos e estes ficarem à disposição para inscrição em editais, ao invés de deixar para inscrever apenas quando abrissem os editais.

O voluntário 2 expõe esse aspecto da CTTS como um motivador para participar da câmara técnica: “O objetivo principal do projeto era ter o banco de projetos. Acreditei nisso. E também por acreditar que os empresários estavam juntos. Que a associação comercial estava junto e, até então, passou uma credibilidade.”

Na percepção acima, é identificável a importância de uma associação de segmento para uma comunidade, no caso, de comerciantes e empresários, e ainda das empresas locais e seu potencial, por meio dos recursos financeiros e humanos que dispõem em contribuir com o desenvolvimento social e econômico.

Com a mobilização dos primeiro e segundo setores, a dizer, privado e público, em prol do fortalecimento do Terceiro Setor, muitos atores apareceram nos espaços de discussão de políticas públicas, mas nem em todos esses espaços há representatividade e participação social. Sobre o programa, o voluntário 1 apontou que

a divulgação do programa para as pessoas que estavam de fora foi muito fechada. Tinha um envolvimento da ACE, dos empresários que já estavam nela, e da sociedade civil, que eram as associações que foram convidadas. Na sociedade em geral, pouca gente sabia do projeto. Senti que era muito restrito. Havia questões que ficavam restritas. (Voluntário 1)

Apesar das organizações do terceiro setor se apresentarem enquanto espaços de representação da sociedade civil, a “sociedade em geral”, como cita o voluntário, não foi percebida como público participante do projeto, fator que aponta para uma disparidade na participação dos atores sociais envolvidos. As diferentes formas de expressão da autorrepresentação ampliam a complexidade da noção do público. No projeto, apareceram como fatores importante a descentralização e a participação da comunidade: “O programa buscava o setor quando havia potencial. E quem era mais conhecido.” (Voluntário 1).

Esse contexto apresenta a dinâmica de mobilização e conexão, em que o voluntário cita que o programa que buscava os setores e não se mostrava aberto ao recebimento de novos atores, percepção que corrobora para uma falta de equidade na participação e pouco engajamento no envolvimento de demais representatividades. Consequentemente, democratização do espaço.

Por exemplo, as associações de bairro que vieram, vieram por indicação de alguém que já estava dentro. Não acho que teve uma abrangência tão grande. Teve abrangência grande que envolveu muita gente. Mas, no teor da cidade, as pessoas vinham dos centros. Nos centros periféricos da cidade, o pessoal não sabia do programa. (Voluntário 2)

A descentralização favorece a democratização da participação social, a partir do ponto em que a disposição dos espaços urbanos é marcada pela desigualdade social. Os voluntários tiveram a percepção de ausência de democracia na CTTS e no programa:

Parece que, quando ele abria um espaço para se democratizar, parecia que ele ia se fechando. Era como se no início realmente era uma coisa democrática, acessível. No início, eu senti que todomundo tava se envolvendo e, com o passar do tempo, dentro da própria câmara técnica, perceberam que não era tão democrático. E devido a outros fatores, que eu não tomei conhecimento, foi ficando cada vez pior. E a empresa (consultoria) que estava à frente do projeto começou a tomar as decisões e já apresentar propostas fechadas e aqueles que estavam mais envolvidos foram se afastando. (Voluntário 1)

9 CONCLUSÃO

A sociedade civil é, de fato, um conceito político, já que envolve poder. É formada por indivíduos com poder derivado de sua riqueza, de seu conhecimento ou de capacidade organizadora, por organizações corporativas e por entidades públicas não-estatais. A ameaça que o neoliberalismo tem ocasionado à visão da cidadania ligada à ideia de interesse público e de valores cívicos.

Centrado, pois, o tema no controle social sobre a esfera pública estatal, as principais questões que surgem podem sintetizar-se nas seguintes interrogações: a) Como conseguir que além dos instrumentos da democracia direta - referendo, revogação e iniciativa popular - e do direito de eleição dos representantes políticos, o cidadão comum disponha de meios eficazes e estáveis para influir sobre os assuntos públicos e, em particular, sobre o processo de formulação e/ou controle das políticas públicas?; b) Por outro lado, como assegurar que os interesses setoriais, subrepresentados no processo político, tenham canais de expressão? Em outros termos, quais são os meios e as condições que permitem assegurar que os canais de expressão e controle social não sejam monopolizados pelas corporações privadas, incluídas as associações que já dispõem de meios de influência política, mas que dêem acesso à expressão dos grupos excluídos? Existem, de fato, tanto desenvolvimentos teóricos como experiências práticas que se destinam a responder essas questões.

O programa que visa promover o desenvolvimento sustentável ter por horizonte exclusivamente as ações para o capital, não equivale ao fortalecimento da sociedade, exceto em sociedades mercantis. Os agentes sociais com poder de decisão, em virtude da sua posição socioeconômica, são os mesmos depositários das políticas de privatização. O Estado fraco é aquele incapaz de resistir às demandas das grandes empresas por subsídios e proteção, de arrecadar tributos dessas empresas e de seus proprietários e fazê-las cumprir as normas e regulações.

A democratização da administração pública tem por contrapartida o seu processo de profissionalização que minimiza a influência dos grupos dominantes e se tornem capazes para a receptividade social. O próprio aparelho administrativo impõe limites à participação do cidadão, há necessidade em modificação interna da administração pública para que se possa viabilizar a participação da sociedade, pois é por meio da administração pública que o Estado intervém na sociedade, pois ele legitima os bens, serviços e regulação.

Eis que abre-se para maiores investigações se a CTTS, junto ao programa, se consolidou em movimento de publicização da esfera pública ou privatização do público pela

defesa de interesses privados.

Como apontam Bresser-Pereira e Grau (1999), a esfera corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação. Como bem apontam, não é fácil estabelecer uma distinção clara entre o público e o corporativo, e há de se considerar que, ao defender interesses particulares, as organizações corporativas podem também estar defendendo o interesse geral.

Portanto, há indícios de que, em diferentes momentos de tomada de decisão sobre a atuação da CTTS, foi realizada pela diretoria, ou seja, utilizada para a defesa de interesses de um grupo de comerciantes da qual ela representava. Em si, pode resultar enganoso atribuir *a priori* a lógica da solidariedade a certas organizações sociais que podem estar atuando em função de interesses privados.

Também há de se levar em consideração que nem sempre o trabalho voluntário significa solução; ele também pode vir a ser o problema, a partir do momento em que os voluntários não estão qualificados para exercerem a função ou, ainda, que a lógica de uma organização corporativa seja aplicada em um contexto de voluntariado.

Todavia, a relação cooperativa entre governo e terceiro setor tem sido proveitosa para ambos os lados. Quando há apoio governamental, o terceiro setor se fortalece e amplia sua importância econômica e social na definição de políticas públicas e sua implementação. A transformação de serviços sociais estatais em públicos não-estatais não significa que o Estado deixe de ser responsável por eles. Pelo contrário, todas as evidências apontam para a conclusão de que o financiamento público estatal será cada vez mais necessário.

REFERÊNCIAS

ACE. Sacramento é incluída no projeto Pró-Município. **ACE**, Sacramento, 24 out. 2017. Disponível em: <https://www.acesacramento.com.br/noticias:sacramento-e-incluida-no-projeto-pro-municipio>. Acesso em: 28 fev. 2022.

AMORIM, A. A. *et al.* A regra do jogo: relação entre Estado e Terceiro Setor. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 18-41, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v9i1.771>. Disponível em: <https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/771>. Acesso em: 17 out. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITTENCOURT, E.; CARRIERI, A. Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. spe, p. 10-22, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902005000500001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/gKrDCKY6YjZW8JhBCpZdxfv>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm#art1. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (Orgs.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 15-48.

CALEGARE, M. A.; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 129-148, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n17/v9n17a09.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

CANO, D. S.; SAMPAIO, I. T. A. O método de observação na psicologia: considerações sobre a produção científica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 199-210, 2007. DOI: <http://doi.org/10.5380/psi.v11i2.6849>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/6849>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CARLOS, E. Movimentos sociais e instituições participativas: Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 83-98, 2015. DOI: <https://doi.org/10.17666/308883-98/2015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/k8sNWd8Drjt7f9LHwSXSWMp>. Acesso em: 30 jun. 2022.

COELHO, S. C. T. **Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

COSTA, E. A. P.; COIMBRA, C. M. B. Nem criadores, nem criaturas: éramos todos devires na produção de diferentes saberes. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 1, n. 20, p. 58-71, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000100014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Nywm4PYXPW89NNLg3dGvvMc>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CUNHA, L. R. “Sociedade civil”, reforma do estado e os desafios da institucionalização do terceiro setor no Brasil. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 153-181, 2013. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/873/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DATASUS. Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. **Ministério da Saúde**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/rendamg.def>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DIANI, M. Introduction: social movements, contentious actions, and social networks: “from metaphor to substance”? In: DIANI, M.; MCADAM, D. (Orgs.). **Social movements and networks: relational approaches to collective action**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 1-18.

FEDERAMINAS. Programa Pró-Município. **Site da FEDERAMINAS**, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.federaminas.com.br/pro-municipio/sobre-pro-municipio>. Acesso em: 28 fev. 2022.

FISCHER, R. M. Estado, mercado e terceiro setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 5-18, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/16825/estado--mercado-e-terceiro-setor /analise-conceitual-das-parcerias-intersectoriais/i/pt-br>. Acesso em: 14 out. 2020.

FONIF. **A contrapartida do Setor Filantrópico para o Brasil**. [S. l.]: Strategy Partners, 2014. Disponível em: https://fonif.org.br/wp-content/uploads/2016/10/PESQUISA_FONIF_FINAL-1.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

FRANCO, A. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil**. A questão do fim público das organizações do terceiro setor. São Paulo: PNUD: IPEA, 1997.

FREITAS, M.; PEREIRA, E. R. O diário de campo e suas possibilidades. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 20, n. 3, p. 235-244, 2018. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v20-n3-freitas-pereira>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos de fundamentos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

GOVERNO DISTRITO FEDERAL. **Guia para elaboração de regimento interno das Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal**. Governo Distrito Federal: Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, 2015. Disponível em: <https://www.economia.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Guia-para-Elabora%C3%A7%C3%A3o-de-Regimento-Interno-2015.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GRAU, N. C. **Repensando o público através da sociedade**: Novas formas de gestão pública e representação social. Brasília, DF: ENAP, 1998.

IBGE. Cidades e Estados. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/sacramento.html>. Acesso em: 30 jun. 2022.

INEP. Data INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FMatr%C3%ADcula%20Inicial&page=p%C3%A1gina%201. Acesso em: 30 jun. 2022.

INOJOSA, M. R. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf. Acesso em: 5 out. 2019.

IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **Site do IPEA**, Brasília, 2017. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html>. Acesso em: 6 out. 2019.

MARRARA, T.; CESÁRIO, N. A. Chamamento público para parcerias sociais – comentários à Lei n. 13.019/2014. **Revista Digital de Direito Administrativo**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 453-473, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3i2p453-473>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/118308>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MAZO, S. **Medellín**: uma cidade construída a várias mãos? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.16.2018.tde-05072017-112601>. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-05072017-112601/pt-br.php>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MEDEIROS, J. P.; SOUZA, W. J. Trabalho voluntário: motivos para a sua realização. **Revista Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 14, n. 33, p. 93-102, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n33p93>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2012v14n33p93>. Acesso em: 13 ago. 2022.

MÓNICO, L. et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. In: CONGREGO IBERO-AMERICANO EN INVESTIGACIÓN CUALITATIVA, 6., 2017, Salamanca. **Anais [...]**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2017. p. 724-733.

MOZZATO, A. R.; GYZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000400010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/YDnWhSkP3tzfXdb9YRLCPjn/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

MURARO, P.; LIMA, J. E. S. Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 79-88, 2003. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/446>. Acesso em: 12 out. 2019.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. O trabalho voluntário e a ONU. **Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://unicrio.org.br/voluntariado/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PAES, J. E. S.; VALLE, M. D.; SANTOS, J. E. O posicionamento estratégico do terceiro setor na atualidade: custeio estatal, particular e o seu papel na democracia brasileira atual. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 160-185, 2017. DOI: <https://doi.org/10.31501/repats.v4i2.8863>. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8863>. Acesso em: 10 out. 2019.

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n1/09.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

SACRAMENTO (MG). **Lei nº 1.574, de 11 de abril de 2018**. Dispõe sobre a criação do conselho de desenvolvimento econômico e do fundo municipal de desenvolvimento econômico do município de sacramento. Autoriza a concessão de estímulos e incentivos fiscais ao desenvolvimento econômico e dá outras providências, inclui subunidade, programa de governo e ação governamental no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento aprovado para o exercício de 2018 e dá outras providências. Sacramento, MG: Câmara Municipal de Sacramento, 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/s/sacramento/lei-ordinaria/2018/157/1574/lei-ordinaria-n-1574-2018>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SERAFIM, M.; BRITO, R. Análise de Política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 8, p. 777-796, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/gGZ7wXtGXqDHNCHv7gm3srw>. Acesso em: 5 maio 2022.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.